

SERGIO LESSA

PARA NÃO SER UM “OLAVISTA”



SERGIO LESSA

PARA NÃO SER UM “OLAVISTA”

2ª Edição
Coletivo Veredas
Macció 2023



Diagramação: Coletivo Veredas

Revisão: Sidney Wanderley

Capa: Coletivo Veredas

Catálogo na Fonte

Departamento de Tratamento Técnico Coletivo Veredas

L638p Lessa, Sergio.

Para não ser um “olavista” / Sergio Lessa. – Maceió :
Coletivo Veredas, 2023.

100 p.

ISBN: 978-65-88704-38-7

1. Trabalho. 2. Revolução. 3. Democracia. 4. Política. 5. Desemprego.
6. “Olavista”. I. Título.

CDU: 338.22

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

2ª Edição - 2023

Coletivo Veredas

www.coletivoveredas.com.br

Sumário

Apresentação.....	7
I. Há solução para as crises econômicas?	9
1. A raiz das crises.....	10
2. O controle das crises	11
3. Os 100 reais do seu Joaquim.....	12
4. As “bolhas” de consumo.....	13
5. Quase um eterno retorno.....	14
6. A crise estrutural.....	15
II. Crise estrutural e crise no Brasil.....	17
1. As crises passadas	17
2. A crise estrutural e a crise política.....	18
III. Mais-valia	21
1. O “tempo de trabalho socialmente necessário”.....	21
2. O valor da força de trabalho	24
3 A mais-valia.....	26
4. A forma absoluta e relativa da mais-valia.....	27
5. A mais-valia relativa.....	28
IV. O que é o desemprego?.....	31
1. Sejamos razoáveis!	32
2. Por que o desemprego não termina?.....	33
3. O exército industrial de reserva.....	34
V. A aristocracia operária	39
1. Mais-valia relativa e aristocracia operária	39
2. Um pouco de história.....	40
3. As crises cíclicas e a crise de 1870.....	42
4. Os sindicatos e a colaboração de classes.....	45
5. A aristocracia operária no Brasil.....	46
VI. A assim dita “classe média”	49
1. Marx e o 18 Brumário.....	50
2. As classes de transição	51
3. Assalariados e assalariados	52
4. Trabalhador produtivo e proletariado.....	54

5. A exploração das classes de transição e a do proletariado	55
6. Classes de transição	56
VII. Que é política?	59
1. Opressão	59
2. Como se libertar da política?.....	60
VIII. Democracia e seu fundamento de classe	61
1. As origens da democracia.....	61
2. A Grécia e a democracia.....	62
3. A democracia dos nossos dias	64
4. Trabalho abstrato e cidadania	65
5. Democracia e capital	67
6. A liberdade e a igualdade	67
7. Para o que a democracia não serve	68
IX. A ditadura do proletariado	71
1. O que um caso tem a ver com o outro?	73
2. A ditadura do proletariado	74
3. O imprescindível à transição: o trabalho associado.....	75
4. As revoluções e a ditadura do proletariado.....	76
5. O equívoco	77
6. Abaixo a ditadura do proletariado, viva a democracia proletária!.....	78
Leituras recomendadas.....	79
X. O que é socialismo?	81
1. Duas dificuldades.....	81
2. A resposta	82
3. O trabalho associado.....	84
4. A Internacional.....	86
5. Socialismo e Comunismo	87
Conclusão.....	88
Indicações para leitura.....	88
XI. Por que as revoluções não deram certo?	89
1. A questão é maior do que sua aparência	89
2. O reinado da confusão.....	90
3. Mézáros e <i>Para além do capital</i>	93
4. A crise estrutural.....	94
XII. A questão da violência: quem são os vândalos?	97

Apresentação

Vivemos um curioso momento. Ao lado de um desenvolvimento científico sem par, que nos abre a perspectiva de entender não apenas a história da humanidade, mas também a conexão desta com o desenvolvimento de todo o universo, ganham espaço concepções tão retrógradas e absurdas quanto o terraplanismo e pensadores tão desqualificados quanto um Olavo de Carvalho. Bolsonaro na Presidência nada mais é que mais uma expressão daquele processo que Lukács, já nos anos de 1930, denominava de “decadência ideológica da burguesia”, em um ensaio que teve uma nova publicação entre nós pelo Anuário Lukács de 2015 (Instituto Lukács). Em poucas palavras, para manter-se enquanto classe dominante, a burguesia precisa falsificar a realidade para justificar as alienações que compõem a sua essência e, ao fazê-lo, produz as teorias mais absurdas, desde a superioridade da raça ariana, dos nazistas, ao terraplanismo e ao olavismo de nossos dias.

Contra essa tendência, a filosofia e a ciência são fundamentais. A divulgação do conhecimento científico e filosófico é uma tarefa tão urgente quanto qualquer outra para os revolucionários. Os textos nesta coletânea possuem esta finalidade: de modo básico e buscando uma forma compreensível, esclarecer questões e tratar de problemas tais como são colocados pela nossa realidade e não a partir das fantasias e delírios das ideologias dominantes.

Os textos aqui reunidos foram redigidos ao longo dos anos de 2017 e 2018 e publicados em vários *sites* de organizações

revolucionárias. São, todos eles, textos de introdução a questões ou problemas cuja abordagem nos parece central para a práxis revolucionária. Esperamos que possam contribuir para que menos pessoas se tornem “olavistas”.

Janeiro de 2020

I. Há solução para as crises econômicas?

Não... e, todavia, há sim!

O que há de mais comum em se tratando das crises, digamos, nos últimos setenta anos, não é tanto a sua recorrência – tão frequente que é quase uma permanência –, mas sim as garantias dos governantes (ou dos candidatos por ocasião das eleições) de que, finalmente, encontrou-se a saída para elas. Sempre um “milagroso milagre” que, expresso em um conjunto de medidas econômicas, resolveria definitivamente as crises, abrindo um período de prosperidade econômica.

Alguns ainda se lembrarão dos “cinco dedos” da campanha do Fernando Henrique à Presidência: reduzindo-se a presença do Estado a educação, segurança, emprego, saúde e agricultura, a prosperidade seria alcançada. Ou do “sem medo de ser feliz” da campanha do PT. Os mais velhos se lembrarão dos programas “desenvolvimentistas” da Ditadura Militar (o Milagre Brasileiro) ou mesmo do governo Juscelino Kubitschek – ou, ainda, das esperanças que vieram junto com a “Constituição Cidadã” de 1988: imaginava-se que estaríamos entrando em um Estado de Bem-Estar, como o dos países capitalistas mais desenvolvidos! Quantas esperanças não despertaram os planos econômicos da época da presidência de Sarney, com o congelamento dos preços, com as “donas de casa” imaginando assumir o controle dos preços dos produtos dos grandes monopólios internacionais!

Não há como se fugir da constatação: as crises não desaparecem, mas as ilusões permanecem. Como se apenas fosse possível conviver com a crise tendo ilusões de que ela estaria para terminar. De algum modo, a esperança por melhores dias torna o presente aparentemente menos sofrido, menos dolorido.

1. A raiz das crises

Já tratamos, em artigos anteriores, da razão fundamental das crises no modo de produção capitalista, mas não custa recordar brevemente: as classes dominantes, por toda a história, necessitam do mercado para acumular suas riquezas. Precisam trocar por ouro e prata, ou por dinheiro, os produtos que extraem do trabalho daqueles que exploram. O mercado, por isso, é indispensável para a reprodução das sociedades de classe.

O mercado, contudo, apenas pode funcionar numa situação bastante particular: para que os preços sejam compensadores, é preciso que a oferta nunca ultrapasse a procura. Desde o aparecimento das classes sociais, com a Revolução Neolítica, há 12 mil anos, até a Revolução Industrial (1776-1830), foi precisamente isso que aconteceu. Como a produção não era suficiente para atender às necessidades de todas as pessoas, a procura era sempre maior do que a oferta e os preços tendiam a se manter elevados. As classes dominantes tinham, então, no mercado um poderoso instrumento para seu enriquecimento e para a manutenção do seu poder.

As crises, claro, existiam nesse período histórico. Contudo, eram crises causadas por pragas na agricultura, por guerras, por falta de mercadorias ou de matérias-primas, ou de energia, e assim por diante. Não eram crises provocadas pela produção maior do que o consumo, salvo raríssimas exceções.

Com a Revolução Industrial (1776-1830), esse quadro se alterou profundamente. A produção ultrapassou o consumo e a carência foi substituída pela abundância. Com isso, pela primeira vez, o mercado deixou de funcionar para a acumulação da classe dominante: a oferta maior do que a procura derrubou os preços abaixo do custo de produção, inviabilizando a produção de mercadorias (lembramos, mercadorias são produtos voltados ao lucro). Desde o final da Revolução Industrial até hoje, houve mais anos de crise do que de prosperidade econômica! Sempre, por todos os lugares, a causa fundamental é a mesma: falta mercado para tanta produção. Com a oferta acima da procura, os preços caem, a produção é suspensa e o desemprego aumenta. Os bancos aumentam os juros para cobrir os prejuízos causados pelo fato de a indústria e a agricultura não conseguirem pagar seus empréstimos, a agricultura não suporta os altos juros e quebra, arrastando atrás de si o restante das indústrias e dos bancos. A dinâmica da crise é, com poucas alterações, essencialmente essa.

Esse é o ciclo das crises que se repetem no capitalismo desenvolvido: a superprodução derruba a produção, aumenta o desempre-

go, derruba o consumo e toda a economia vai à bancarrota. A capacidade de produzir acima das necessidades de consumo, que deveria significar mais conforto e menos trabalho para todos, significa, ao contrário, miséria e desemprego para muitos, ou baixos salários e trabalho ainda mais estafante para os ainda empregados.

2. O controle das crises

Sem passarmos do modo de produção capitalista ao modo de produção comunista (que não precisa de mercado), não há solução para as crises. Contudo, se não se podem superar as crises, em parte é possível controlá-las. O capital desenvolveu vários mecanismos com essa finalidade. Ainda que seja um controle muito limitado, algum controle é possível.

Dois são os mecanismos básicos desse controle.

O primeiro deles é a elevação do consumo, por todos os meios possíveis. A produção em série de milhares de produtos idênticos, de baixo valor, voltados a um mercado de consumo de massas, que inclui parcelas consideráveis até mesmo dos trabalhadores, deu a impressão de ser um mecanismo muito eficaz de controle das crises por várias décadas depois da crise de 1929. O estímulo da produção pelo Estado, através de políticas de construção civil, de investimento nos setores básicos, de políticas públicas que faziam do Estado um “comprador”, ou do estímulo ao crédito barato, são medidas que fazem parte desse mecanismo de controle. O recente “crescimento econômico” do Brasil, nos anos petistas, foi promovido dessa forma.

Nesse conjunto de medidas de controle das crises pelo aumento do consumo, a produção de armas e as guerras ocupam um lugar de grande destaque. Gabriel Kolko, em seu livro *Century of War (Século de guerra)*, estima que, no século vinte, foi investido no complexo industrial-militar o dobro do que a humanidade gastou ao redor da indústria automobilística – desde estradas até a reforma dos centros urbanos para se adaptarem aos carros, desde a indústria do petróleo até a fabricação de metais e vidros para os carros, desde a própria produção de carros até os mecanismos de controle burocrático que o trânsito requer, desde as oficinas e ferros-velhos até os estacionamentos etc. Estima-se que 10% da área dos Estados Unidos acha-se ocupada por carros ou pelos equipamentos que ele requer.

Do ponto de vista do capital, a fabricação de armamentos tem

uma grande vantagem: nem tudo é produzido para ser consumido. As armas atômicas são um excelente exemplo desse fenômeno: os EUA tinham bombas suficientes para destruir o planeta 66 vezes, a URSS, para 33 vezes! Se fosse para serem usadas, bastava destruir o mundo uma vez só! Para que 99 vezes? Para aumentar o consumo, ainda que seja um consumo dessa grandeza de absurdo!

O primeiro mecanismo de controle das crises é, portanto, o aumento do consumo, chegando ao extremo mesmo de consumirmos o que não necessitamos. Já falamos das bombas atômicas, mas quantos produtos não consumimos no dia a dia que, ou sabemos que não fazem bem para a nossa saúde, ou sabemos que são completamente dispensáveis? O que os norte-americanos em um dia jogam fora de hambúrgueres que não consumiram inteiramente tem carne suficiente para o consumo de carne de todo o Paraguai por um mês. Os exemplos são infinitos.

O segundo mecanismo, eficiente no curto prazo, não passa, contudo, de uma ficção, de uma fantasia. É o “aquecimento” da economia pelo “crédito barato”, como dizem os economistas burgueses. Para entender esse mecanismo, precisamos de um pouco de economês.

3. Os 100 reais do seu Joaquim

Quando o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal – ou qualquer outro banco – recebe dinheiro do Banco Central para financiar quem pretende comprar geladeiras, carros, casas, TVs etc., o governo apenas imprime mais dinheiro. A produção continua a mesma, a quantidade de mercadorias continua a mesma, mas a quantidade de dinheiro aumenta.

O dinheiro é uma mercadoria como outra qualquer. Quando aumenta a oferta de dinheiro no mercado (tal como quando aumenta a oferta de mangas ou bananas), o valor do dinheiro cai e precisa-se de mais dinheiro para comprar o mesmo produto: é a inflação. Quando o Banco Central repassa mais dinheiro aos bancos sem que tenha havido um aumento na produção das mercadorias, inicia-se um processo de inflação. O dinheiro começa a perder valor.

Contudo, há um fato que gera a ilusão de que seria possível escapar desse desequilíbrio. Se o seu Joaquim tomar emprestado 100 reais do banco e comprar tijolos para sua casa em construção, o vendedor dos tijolos vai comprar, com esses mesmos 100 reais, mais argila para sua cerâmica e, ainda, comida e roupas para sua família.

Os que venderam argila, comida e roupas para o vendedor de tijolos, gastarão os mesmos 100 reais para comprar gasolina, remédios e pagar uma passagem de avião; os vendedores desses produtos, por sua vez, gastarão esses mesmos 100 reais para comprar perfumes, sapatos e fósforos... e assim por diante.

Perceba: o Banco Central coloca 100 reais para o banco emprestar, e os mesmos 100 reais movimentam muitas vezes seu valor em mercadorias. O governo e seus economistas de plantão, então, imaginam: cobram-se impostos nessas compras e vendas todas, de tal modo que esses 100 reais voltam com lucro para o governo e, assim, se poderia evitar a crise. Num mundo perfeito, isso funcionaria. Mas, claro, o mundo não é perfeito, ainda mais o mundo do capital. Esse sonho não passa de fantasia.

4. As “bolhas” de consumo

Os bancos, percebendo que há dinheiro em excesso na economia e que a moeda perdeu valor, aumentam as taxas de juros. O dinheiro arrecadado pelo governo com o aumento das vendas termina quase todo nos cofres dos bancos. O capital, sabendo que há dinheiro na economia, aumenta a produção para que esse dinheiro venha para suas mãos. Os juros, que já aumentaram, são agora acompanhados pelo crescimento da produção. A superprodução, então, ameaça uma nova crise e, os juros altos tornam o perigo ainda maior.

O que o governo faz para administrar a crise que se agravou?

Mais do mesmo: emite mais dinheiro e o repassa aos bancos, para que emprestem e “aqueçam” a economia. O ciclo se realimenta: a pressão inflacionária que vem pelo aumento do dinheiro no mercado leva a um novo aumento dos juros. Os juros mais altos elevam o preço das outras mercadorias. Para enfrentar a situação, temos um novo aumento da produção industrial impulsionado pelo dinheiro que o governo injetou na economia. O perigo anterior, da superprodução, agravado pelos juros elevados, torna-se ainda mais intenso: a superprodução torna-se maior, os juros continuam elevados e, agora, temos também uma elevação dos preços e a inflação tende a se generalizar pela economia.

O governo, para enfrentar o agravamento da situação, novamente faz mais do mesmo: injeta mais dinheiro na economia e o ciclo se realimenta – e os bancos vão acumulando um capital cada vez maior.

Uma hora a “corda tem de arrebentar”, evidentemente. Quando a corda arrebenta, os economistas dizem que estourou uma “bolha”: os juros estão tão elevados e os preços tão altos que ninguém mais compra; com a queda das vendas, a superprodução torna-se ainda mais intensa e os preços despencam, inviabilizando a produção, aumentando o desemprego e aprofundando a crise.

Quando a crise se intensifica e o crescimento econômico, mesmo que medíocre, se converte em recessão, o governo dá uma marcha à ré: desaquece a economia. Reduz o crédito e tenta controlar a inflação diminuindo a produção. Para diminuir a produção, aumenta os juros (para alegria do capital financeiro), diminui os investimentos públicos, arrocha os salários e permite que o consumo caia.

Em meses ou anos, a produção em queda se aproxima do consumo da sociedade e a situação de superprodução é amenizada. Então, é possível se pensar num novo “ciclo de crescimento”. E tudo começa novamente – para a alegria dos grandes capitalistas. Mais crédito, maiores juros e preços, maior produção, mais crise e, para enfrentá-la, mais crédito, maiores juros e preços até que, novamente, a corda arrebente e se instaure um novo período de crises.

5. Quase um eterno retorno...

... não fosse por dois detalhes importantes.

As empresas que sobrevivem às crises econômicas são aquelas que conseguem tirar maior quantidade de riqueza pagando o menor montante de salários. Cada empresa, por isso, procura adotar tecnologias e técnicas gerenciais que possibilitem ter cada vez menos trabalhadores para uma produção cada vez maior. Isso significa que o aumento da produção vem sempre acompanhado por uma queda do emprego e, portanto, da diminuição da quantidade de consumidores. Ainda que seja possível aumentar o consumo mesmo com menos consumidores (aumento o consumo de cada consumidor), isso tem, evidentemente, um limite. Ao gerar um crescente desemprego na estrutura social, o capitalismo está matando sua válvula de escape que é o aumento do consumo.

O primeiro detalhe é que a tendência de longo prazo é um aumento da superprodução, já que o desemprego crescente é condição para o aumento da produção e, sem o aumento da produção, as empresas não podem sobreviver à crise.

O segundo detalhe está em que, a cada crise, o pequeno é engolido pelo grande: isto dá origem a um processo de concentração da

riqueza que faz com que, hoje, 62 pessoas tenham mais da metade da riqueza de todo o planeta, como noticiado pelo jornal *O Estado de São Paulo* do dia 21 de janeiro de 2016. Um capital cada vez mais concentrado significa empresas cada vez maiores, com capacidade produtiva cada vez maior e com uma potência para investimentos ainda mais impressionante que no passado. O aumento da capacidade produtiva se faz, assim, de modo mais concentrado e veloz, intensificando a superprodução que, por sua vez, derruba os preços, aumenta o desemprego e... tudo se inicia novamente, só que agora de forma mais violenta e rápida porque os capitais e a produção são maiores que os das vezes anteriores.

Vivemos, nessas semanas em que sai este número do *Jornal Espaço Socialista*, um bom exemplo desse fenômeno: o excesso de produção de petróleo, somado à queda da demanda pela crise chinesa, derrubou o preço do barril de mais de 100 para menos de 30 dólares. As ações da Petrobrás caíram de R\$ 75 a menos de R\$ 5.

O segundo detalhe é, portanto, que as crises tendem a se tornar cada vez mais agudas e cada vez mais prolongadas... até chegarmos à crise estrutural.

6. A crise estrutural

A crise estrutural, que se iniciou na década de 1970, é uma enorme e gigantesca crise na qual a superprodução se tornou permanente. Ou seja, mesmo com a crise, a concentração de capital e o aumento de sua capacidade produtiva fazem com que a superprodução permaneça. Antes, as crises criavam condições para que um novo ciclo de expansão econômica tivesse lugar. Hoje, mesmo com algum crescimento econômico, a crise se mantém. Novamente, a experiência recente do Brasil petista é um bom exemplo: o aquecimento da economia pelo crédito gerado pelo Banco Central deu a impressão de que uma parte ponderável dos miseráveis estaria se convertendo em classe média. Bastou menos de um ano de recessão para a maior parte retornar para baixo da linha da miséria. Imprimir dinheiro para aquecer a economia pelo crédito pode ser um paliativo para o curto prazo, nada mais do que isso.

Em poucas palavras, o “combate à miséria” requer a mudança da estrutura de produção que produz a miséria e a superprodução ao mesmo tempo. Enquanto o modo de produção for o capitalista, são produzidas miséria e riqueza ao mesmo tempo, pelos mesmos atos, pelos mesmos processos. E as medidas paliativas são, apenas,

paliativas: a tendência é sempre a concentração da renda e a crise.

A crise estrutural do capital é a evidência mais visível de que o modo de produção se esgotou. Enquanto perdurar o capitalismo, as contradições sociais não deixarão de crescer e as desigualdades sociais levarão à crescente violência. A democracia vai perdendo sua aparência de respeito aos direitos humanos e mostrando sua verdadeira face: é a força do capital convertida em força política. A produção do capital crescentemente se converte em destruição dos seres humanos (e, o que é o mesmo, do planeta).

A humanidade já conheceu, no passado, o esgotamento de três modos de produção. O esgotamento do modo de produção primitivo abriu a passagem aos modos de produção asiático e escravista; o modo de produção escravista, ao entrar em crise, fundou as bases do modo de produção feudal, e este, pela sua “crise estrutural”, deu origem à Acumulação Primitiva do Capital, isto é, ao modo de produção capitalista.

A cada passagem de um modo de produção a outro, houve a transição de uma forma de trabalho à outra: do trabalho de coleta dos tempos primitivos passamos ao trabalho do camponês do modo de produção asiático ou do escravo; o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho servil da Idade Média, e este, finalmente, deu lugar ao trabalho proletário.

Também vivemos momentos de transição: o modo de produção capitalista se esgotou e lançou a humanidade numa crise estrutural. A única saída é a superação desse modo de produção por outro, mais avançado. Esse outro modo de produção é o comunismo, e sua forma de trabalho é o trabalho associado.

Essa é a única solução para as crises que, por isso, não têm – mas têm – solução!

II. Crise estrutural e crise no Brasil

Nos meios de comunicação, nunca a crise que vivemos em nosso país é tratada como estrutural. Menos raras, mas ainda frequentes, são as análises marxistas que concebem a crise internacional como sendo estrutural, mas, quando tratam do Brasil, o caráter estrutural da crise é deixado de lado. Como se houvesse duas crises, uma do capital mundial e outra do Brasil. Claro, a crise mundial e a brasileira não são idênticas. Longe disso. Contudo, a brasileira é uma expressão da crise do capital internacional, e desta herda o caráter estrutural.

1. As crises passadas

Por mais sérias que tenham sido as crises passadas, os ajustes do sistema bastavam para iniciar uma nova expansão econômica. Quando, por exemplo, a crise de 1929 tornou urgente uma maior intervenção do Estado na economia, amadureceram duas alternativas: o fascismo (Hitler e o nazismo) e o Estado de Bem-Estar. Ainda que o programa econômico não fosse idêntico, as duas alternativas compartilhavam algumas características essenciais. Propunham um Estado que realizasse grandes investimentos e grandes compras; o complexo industrial-militar absorveria a maior parte dos investimentos; o fordismo continuaria a ser a estratégia da organização da produção etc.

Contudo, havia divergências inconciliáveis entre essas duas alternativas: criar-se-ia um mercado de massas ou se investiria na expansão militar? Quais setores acumulariam mais capital? Como se administrariam os conflitos entre os trabalhadores e os patrões? Qual a forma de incorporação dos sindicatos e partidos dos trabalhadores no Estado? Qual a amplitude e a profundidade das políticas públicas (educação, saúde, transporte, segurança etc.)?

Naqueles anos, o nazismo, na Alemanha e o *New Deal* estadunidense eram, então, alternativas de fato, possíveis, no interior do próprio sistema do capital: a saída da crise poderia se dar em uma direção ou em outra.

2. A crise estrutural e a crise política

A crise atual difere das anteriores porque, pela primeira vez, não há saída capitalista para ela. Na política restaram apenas dois grandes campos, tanto no exterior quanto no Brasil. O campo, hoje dominante, que visa manter o capital e, do outro lado, o campo que visa destruir o capital.

O campo dos que querem um capitalismo com maior justiça social, dos reformistas em geral, termina, ao fim, realizando a mesma política de quem deseja manter o capital. A diferença de outrora, por exemplo, entre fascistas e democratas, desapareceu. Hoje, tanto a extrema direita quanto o centro, tanto os petistas quanto os partidos mais reacionários (como o PMDB ou o PSDB ou, mesmo, Bolsonaro) têm o mesmo programa econômico e, portanto, têm de executar a mesma política geral. Acima e antes de tudo, quando se trata da repressão sobre os trabalhadores.

Hoje, os próprios democratas se encarregam do “trabalho sujo” da repressão: são capazes de coisas que nem Hitler sonhou! Quem mantém Guantánamo, o mais bárbaro centro de tortura que a humanidade jamais conheceu? Lembre-se que, lá, não há sequer “direitos humanos”. Guantánamo não obedece a nenhuma Constituição, e os torturadores fazem o que querem com os prisioneiros. Dimitrov, lembremos, em 1935-6, derrotou em um tribunal fascista de Berlim os nazistas: algo inimaginável aos torturados de Guantánamo. Quem criou essa monstruosidade? A democracia estadunidense! Quais são os Estados que estão montando o maior sistema de vigilância e controle de seus cidadãos? As democracias mais avançadas do planeta, os países europeus! Não são essas mesmas democracias que montaram os centros clandestinos de tortura, os “buracos negros”? E, entre

nós, não foi a democracia que aprisionou em segurança máxima alguns indivíduos que, nas vésperas das Olimpíadas, entraram em *sites* do Estado Islâmico? Um deles não terminou morto um dia depois de ser transferido para uma prisão comum? Para não falar dos ainda perseguidos pelos eventos de 2013.

Do ponto de vista econômico: não são essas mesmas democracias que, lá fora, promovem uma inédita concentração de renda? Não é obra da democracia brasileira que seis pessoas tenham a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros?

A direita, que hoje tem tendência a crescer, leva à prática essencialmente a mesma política econômica dos partidos ditos de esquerda se estivessem no poder. Não há espaço sequer para diferenças: “todos eles” são farinha do mesmo saco. Defendem um Estado com maior capacidade de reprimir e controlar os trabalhadores e operários. Todos defendem a mesma política econômica de aprofundamento neoliberal da loteria financeira. Todos defendem as políticas econômicas que aprofundam a concentração da renda e da riqueza nas mãos dos já miliardários.

No exterior e no Brasil!

Entre um Temer e um Alckmin, entre um Lula e um Bolsonaro, entre um Aécio Neves e um Fernando Henrique Cardoso, entre um Alckmin e uma Marina, entre um Ciro Gomes e um Rodrigo Maia, qual a diferença, real e de fato entre eles? Não mais do que diferenças cosméticas, “mercadológicas”, criações de marqueteiros políticos.

Lula reprimirá os trabalhadores e fará a política econômica necessária aos patrões – tanto quanto um Bolsonaro ou um Alckmin. As diferenças são cosméticas: o PT podia até ser a favor do aborto no passado. Sob os governos petistas, a liberdade do aborto, antes clandestina e limitada, mas real, desapareceu quase por completo. O PT pode até defender um Estado laico e um ensino laico: não foi sob os governos petistas que os “fundamentalistas” mais avançaram seus programas doutrinadores, que eles chamam de “educacionais”? Distribuição de renda? Não foi sob os governos petistas que a concentração da renda foi impulsionada – inclusive por políticas públicas como o Bolsa Família? Democratização da cultura? Sob o governo do PT o domínio da produção cultural pelos grandes grupos econômicos só se intensificou. Democratização da saúde? O que dizer da hegemonia dos planos de saúde e da crise do sistema público de saúde sob os governos petistas?

Esse é um dos resultados da crise estrutural: não há mais alternativa intermediária entre o capitalismo e o socialismo. Os refor-

mistas são tão burgueses quanto os burgueses mais burgueses. Os democratas são tão repressores dos trabalhadores quanto os não democratas.

A única real alternativa é avançarmos para além do capital. Por isso a revolução proletária é uma tarefa tão atual e tão decisiva. Na verdade, a única tarefa, pois a reprodução do capital os reformistas e burgueses encarregam-se de manter.

III. Mais-valia

Antes de tudo, uma advertência ao leitor: há uma relação muito importante entre a mais-valia e a luta de classes. Em parte, tocamos nessa relação ao tratarmos das classes sociais (ver o artigo “Classes sociais” nesta coletânea). Voltaremos a ela ao tratar, no futuro, da aristocracia operária (ver o artigo “A aristocracia operária” nesta coletânea). Neste artigo nos limitaremos ao que é a mais-valia.

1. O “tempo de trabalho socialmente necessário”

Para compreender a mais-valia, é indispensável o esclarecimento do que é o “tempo de trabalho socialmente necessário”.

A vida humana tem uma característica interessante: descontando eventos pontuais, que estão longe da reprodução normal das sociedades, a vida de cada um de nós – e a vida da sociedade como um todo – é determinada por forças materiais muito curiosas. Tropeçamos em uma pedra, uma montanha nos obriga a escalá-la, a gravidade nos prende à superfície do planeta: essas forças materiais, contudo, não determinam os nossos destinos pessoais e coletivos. As forças que determinam a nossa história pertencem à matéria social. E esta é o conjunto das relações sociais. As relações sociais são relações que estabelecemos entre nós, seres humanos. Como tudo o que fazemos na vida tem consequências objetivas que sempre terminam se voltando sobre nós próprios, os resultados das

ações humanas terminam compondo o que Marx, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, chamou de “circunstâncias”: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”.

O “tempo de trabalho socialmente necessário” ocupa uma parte muito especial dessas “circunstâncias legadas pela tradição”. Sua origem é muito antiga, já está presente nas primeiras sociedades de classe, na velha Babilônia e na velha China. Tal como o desenvolvimento das forças produtivas fez com que passássemos da produção de ferro pelos antigos ferreiros às modernas usinas siderúrgicas, o tempo de trabalho socialmente necessário foi se desenvolvendo, de geração a geração, de modo de produção a modo de produção, até se converter no “pesadelo” que, hoje, “oprime” nossos cérebros.

Percebam: é uma relação social, uma relação entre os seres humanos, “legada e transmitida” pelas gerações que vieram antes de nós e que, hoje, ordena as nossas vidas, os nossos pensamentos, a nossa visão de mundo. E o faz de uma forma muito mais “dura”, muito mais determinante que qualquer pedra ou cordilheira, muito mais determinante que uma força natural tão importante quanto a gravidade. E, contudo, é uma força material que não passa de uma relação entre nós, de uma relação social, criada e mantida pela própria humanidade.

Tal como tudo no mundo, se compreendermos o estágio mais evoluído do tempo de trabalho socialmente necessário, apreenderemos também o fundamental de suas etapas menos desenvolvidas. Por isso, vamos analisar os nossos dias.

Todos nós, ao comprarmos qualquer coisa, sabemos que, dentro de certo limite, o preço da mercadoria é justo. Acima disso a mercadoria está cara e, abaixo, barata. Um quilo de cebola a nove reais é muito caro, um quilo de carne de primeira a nove reais é muito barato. O que possibilita que, todos nós, sem contarmos com uma agência reguladora que anuncie o preço de cada mercadoria a cada dia, tenhamos uma visão muito aproximada do valor de todas as inúmeras mercadorias que entram em nossas vidas?

Uma “circunstância”: o mercado. O mercado é um tipo especial de relação entre os seres humanos em que a cooperação é inteira e totalmente substituída pela concorrência. As feiras livres de nossos dias são um belo exemplo. Reúnem milhares de seres humanos que apenas possuem uma relação entre si: o dinheiro dos compradores e as mercadorias dos vendedores.

No início os preços estão mais altos, ao final da feira, eles caem. Os preços variam, no mesmo local, com as mesmas mercadorias, pela relação da oferta e da procura. Contudo, essa oscilação tem lugar dentro de uma determinada margem que nem sempre é muito ampla. Um quilo de camarão, em qualquer momento da feira, será sempre mais caro que um quilo de tomate, um quilo de lagosta ainda mais caro, e um pé de alface, mais barato que a lagosta, o tomate e o camarão.

De onde vem esse critério que faz com que, desconsiderando o preço de cada mercadoria e suas oscilações pela variação da oferta e da procura, a lagosta seja sempre mais cara que o camarão, o tomate sempre mais barato que a lagosta e mais caro que a alface? De algo que todas as mercadorias têm em comum: são todas resultantes do trabalho humano. Em toda mercadoria, seja ela uma aula de matemática ou um pé de alface, há uma quantidade de trabalho que a produziu. O produtor de alface sabe que abaixo de um determinado valor sua mercadoria vai lhe dar prejuízo; busca, por isso, sempre um preço que seja maior que aquele valor. O mesmo para o vendedor de qualquer outra mercadoria.

Esse mínimo que o vendedor tem de conseguir pela sua mercadoria é dado por essa relação social que é a concorrência. Todos os produtores de alface colocam seu produto no mercado. Aquele que conseguir vender mais barato venderá toda a sua mercadoria e terá mais lucro. Os outros ficarão com aqueles compradores que não conseguiram comprar dos produtores “mais eficientes”. Por fim, alguns vendedores terão prejuízo porque o valor pelo qual podem vender suas mercadorias está “acima” do mercado.

Essa relação de concorrência faz com que a mercadoria produzida em menos tempo tenha um menor valor do que as outras. O valor da mercadoria é o tempo de trabalho nela contido. O seu valor no mercado é a média que socialmente se gasta para produzi-la: isso é o tempo de trabalho socialmente necessário. O preço, que é a expressão em dinheiro desse valor, pode variar de acordo com a oferta e a procura, mas não o valor. A quantidade de trabalho cristalizada em uma mercadoria não se altera com a oferta e a procura (pense no tomate, na feira: seu preço varia ao longo das horas, mas não o tempo de trabalho socialmente necessário que contém).

Vejam: as “circunstâncias” (Marx) do mercado - a concorrência - estabelecem, por cima da vontade ou do desejo dos compradores e vendedores, qual o valor médio de qualquer mercadoria. Esse valor médio é o “tempo de trabalho socialmente necessário” para se produzir aquela mercadoria. Quem produzir a mercadoria abaixo

dessa média terá mais lucro. Quem produzir acima do tempo de trabalho socialmente necessário, venderá menos e seu lucro será menor e, até mesmo, poderá ter prejuízo.

Como o tempo de trabalho socialmente necessário estabelece o quanto cada mercadoria vale para trocar por qualquer outra mercadoria, esse valor é denominado de valor de troca (para diferenciar do valor de uso, isto é, a utilidade de qualquer coisa produzida pelos humanos). O valor de troca de cada mercadoria é, portanto, a quantidade de trabalho que cada uma contém, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada uma delas.

2. O valor da força de trabalho

Maluco é aquele que queima dinheiro: essa é a loucura que, em nossa sociedade, leva o indivíduo para um hospício, rapidinho. Uma segunda loucura, quase tão grande, é trabalhar de graça. Trabalhar, que não seja em troca de salário: loucura, indiscutivelmente.

É verdade que havia trabalhadores assalariados nas sociedades de classe antes do capitalismo. Contudo, até uns 250 anos atrás, o usual era trabalhar sem receber salário. A enorme maioria dos trabalhadores do planeta não recebia um salário. Em nosso país, até 1898 o trabalho escravo era “normal”. Até bem depois da Revolução Francesa (1789-1815), em vastas regiões da Europa ainda se mantinha o trabalho servil, feudal. Apenas no século vinte, a condição de trabalho assalariado se esparramou por todo o planeta e se transformou numa dura realidade na vida de todos os trabalhadores.

O simples fato de a maioria da população não receber salários fazia com que parte importante do produzido não pudesse ser trocada por dinheiro. As trocas eram muito menos frequentes. A maior parte do que os trabalhadores consumiam era por eles produzida ou, quando trocavam, o faziam *in natura*, isto é, trocavam um produto por outro, sem usar dinheiro.

Essa situação diminuía muito a possibilidade de se acumular capital. Era preciso converter todos os trabalhadores em assalariados para que tudo pudesse ser mercadoria e, assim, a burguesia pudesse enriquecer mais rapidamente. Ainda mais importante era a necessidade de “libertar” a enorme quantidade de força de trabalho que, fechada nos feudos sob a forma do trabalho dos servos, era inacessível à exploração pela burguesia. Portanto, a situação atual, em que todo o trabalho se converteu em trabalho assalariado, é bem recente na história da humanidade.

Transformar o trabalho em trabalho assalariado significa transformar a força de trabalho em uma mercadoria. O salário é o preço da força de trabalho. Como já vimos, toda mercadoria tem seu valor determinado pela quantidade de trabalho social médio que contém, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Ao se converter em mercadoria, a remuneração que o trabalhador recebe pela venda de sua força de trabalho não tem mais relação alguma com suas necessidades pessoais – é determinada pelo tempo socialmente necessário para que sua força de trabalho seja produzida.

Como o tomate, a lagosta e a alface do nosso exemplo da feira, a oferta e a procura podem aumentar ou diminuir o preço da força de trabalho – o salário –, mas não seu valor. Seu valor, como o de toda mercadoria, corresponde ao tempo médio que a sociedade gasta para produzi-lo. Esse tempo médio se expressa no quanto de comida, de roupa, de remédios, de serviços como transporte e educação, é imprescindível para que o trabalhador consiga trabalhar no dia seguinte, na semana seguinte, no ano seguinte etc. Para que não falem trabalhadores, para que sempre exista o exército industrial de reserva (sobre isso, veja o *Jornal Espaço Socialista* n° 80), é preciso que tenham filhos, que serão os futuros trabalhadores.

O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, receberá o correspondente em dinheiro ao valor da mercadoria que está vendendo. O capitalista, ao comprar a força de trabalho, pagará por ela o seu valor de troca, o seu valor de mercadoria. Não há, nessa relação entre vendedor e comprador, roubo, desonestidade ou comportamento indevido “moralmente”, no sentido da moral burguesa.

Como também não está em contradição com a moral burguesa o fato de que, sempre que conseguir, o trabalhador procurará ludibriar o comprador de sua força de trabalho e o capitalista fará algo similar. Mas não é desses pequenos furtos que vem a acumulação do capital. O capital se acumula, a burguesia se enriquece, comprando a força de trabalho pelo seu valor de troca real. Por isso, independentemente de onde o trabalhador vender sua força de trabalho, receberá mais ou menos a mesma coisa (tal como o tomate e a alface custarão mais ou menos o mesmo nas diversas feiras da cidade).

Em sendo assim, de onde vem a acumulação do capital? Da mais-valia. (Imagino o leitor: ufa! Até que enfim o autor chegou ao assunto.)

3 A mais-valia

Todas as mercadorias perdem o seu valor ao serem consumidas. Um carro, uma máquina, quando usados, perdem parte do seu valor. Miraculosamente, há uma mercadoria que, uma vez consumida, resulta em um valor maior do que o seu. Imaginem: uma mercadoria que, quem a consumir, não perde valor, antes, pelo contrário, ganha valor. É a galinha dos ovos de ouro da fábula: come milho e põe ovos de ouro!

Essa mercadoria é a força de trabalho. Compra-se uma força de trabalho por, digamos, “trinta moedas”, e dela resulta uma mercadoria que vale muito mais. É o milagre dos milagres: a força de trabalho é aquela mercadoria que, ao ser consumida (e só pode ser consumida na produção), produz um valor maior do que o seu próprio. Esse valor maior é a mais-valia¹.

No dia a dia, as coisas funcionam assim: o trabalhador fica no emprego por, digamos, oito horas ao dia. Uma parte dessas horas, digamos três horas, é o tempo de trabalho socialmente necessário para pagar o seu salário. O restante de suas oito horas, isto é, as cinco horas, correspondem à mais-valia². Essa relação entre o tempo de trabalho socialmente necessário para pagar o salário e o restante, a mais-valia, altera-se constantemente. Pois, como vimos no artigo “Há solução para as crises?”, a concorrência entre os capitalistas faz com que necessitem produzir cada vez mais, pagando cada vez menos salário: ou seja, vence a concorrência e fica no mercado aquele capitalista que for capaz de reduzir cada vez mais o tempo de trabalho socialmente necessário para cobrir o salário de seus trabalhadores, ampliando assim sua mais-valia. Os capitalistas, por isso, cotidianamente, procuram ampliar a mais-valia que expropriam de seus trabalhadores (conferir, sobre isso, o artigo sobre o desemprego)

Isso é da maior importância: a mais-valia é produzida quando se produz uma mercadoria. Ela é a quantidade de trabalho socialmente necessária nela cristalizada e que não retorna ao trabalhador sob a forma de salário. Nos trabalhos assalariados em que não há produ-

1 Um certo modismo, um exagerado apego à importância de ser original, somados ao culto da novidade e a alguns interesses editoriais, fizeram com que, em algumas traduções recentes dos textos de Marx, mais-valia venha traduzida por mais-valor. Não se impressione, caro leitor, pois é a mesma categoria de Marx traduzida de uma forma novidadesca.

2 Para simplificar o nosso exemplo, estamos desconsiderando aqui os custos, os juros, a desvalorização do maquinário e das instalações etc. Deixar esses elementos de lado não altera o essencial do que aqui é discutido.

ção de mercadoria (os funcionários públicos, os administradores e “supervisores” nas fábricas e no *agrobusiness*, os trabalhadores nos bancos e no comércio etc.), também não há produção de mais-valia. Isso tem forte impacto nas classes sociais, mas como dissemos, não trataremos, neste artigo, da relação entre a mais-valia e as classes sociais.

4. A forma absoluta e relativa da mais-valia

Há apenas duas formas pelas quais o capitalista pode ampliar a mais-valia: a forma absoluta e a forma relativa.

A forma absoluta é a mais comum e a mais antiga. Em um dado mercado, um conjunto de capitalistas concorre entre si. Vamos imaginar que todos fazem seus assalariados trabalharem por oito horas por dia e retiram cinco horas de mais-valia (três horas ficando para os salários). Se um patrão conseguir forçar os seus trabalhadores a receberem um salário menor, digamos, o equivalente a 2,5 horas por dia (ou, o que dá no mesmo, aumentar a jornada para dez horas, sem aumento de salário), acumulará mais capital que seus concorrentes.

A vantagem da forma absoluta de ampliação da mais-valia é que ela é rápida e por vezes nem sequer precisa de novos investimentos ou qualquer reforma gerencial. Decide-se. Os trabalhadores que não aceitarem serão demitidos. A desvantagem, não pequena, é que provoca uma revolta imediata entre os trabalhadores. A sabotagem aumenta, a produtividade dos trabalhadores cai, a “má vontade” passa dominar os locais do trabalho. Muitas vezes explodem greves ou conflitos mais graves. Por isso a mais-valia absoluta pode ser empregada com alguns limites que são dados pelas lutas de classe, pela intensidade do desemprego e pela capacidade de resistência dos trabalhadores.

Outra forma, muito atual em nosso país, de ampliação absoluta da mais-valia é transferir as empresas para cidades pequenas, do interior do país, onde não há trabalhadores com experiência de greves e outras formas de resistência, que contam com sindicatos domesticados – na enorme maioria, ligados à CUT e à Força Sindical – e, ainda, em que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a força de trabalho é bem menor que nas grandes cidades (o transporte, a moradia, a alimentação, a educação etc. tendem a ser bem mais baratos). Nesse caso, os investimentos de capital são consideráveis, mas a troca da força de trabalho mais cara e com

tradição de lutas por outra mais barata e desorganizada, dominada por sindicatos domesticados, tem sido muito lucrativa. Toritama, em Pernambuco, e Toledo, no Paraná, são exemplos sempre citados.

5. A mais-valia relativa

Diferentemente da mais-valia absoluta, o aumento relativo da mais-valia é conseguido pela alteração da relação (por isso, mais-valia *relativa*) entre o valor da força de trabalho e o valor das mercadorias produzidas pelo trabalhador. Voltemos ao nosso exemplo: um conjunto de capitalistas concorrendo entre si com assalariados que trabalham oito horas por dia e, destas, três horas são para os salários. Se a comida, a moradia e o transporte dos trabalhadores ficarem mais baratos, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a força de trabalho também cai. Ou seja, se o desenvolvimento do capitalismo levar à industrialização da fabricação de vestuário, dos alimentos, dos produtos farmacêuticos etc., fazendo com que essas mercadorias percam valor (porque se gasta menos tempo de trabalho para produzi-las), o valor da força de trabalho também tenderá a cair. Com isso, em vez de o salário consumir três horas da jornada de trabalho, passará a consumir 2,5 ou duas horas: amplia-se, assim, a mais-valia.

Mas há também outro modo relativo de se ampliar a mais-valia: melhores tecnologias, maquinários mais sofisticados e potentes, retiram de cada trabalhador uma produção muito maior. Com isso, o necessário para produzir seu salário pode reduzir-se, das três horas anteriores, para 2,5 ou duas horas. E, aqui há uma vantagem adicional para o capital. Não raramente uma tecnologia mais desenvolvida requer menos trabalhadores. Pagando-se menos salários, a mais-valia amplia-se ainda mais. Por vezes, aumenta tanto que compensa ao capitalista ter menos trabalhadores, mesmo que alguns sejam especializados e recebam salários bem superiores aos de seus colegas.

Com a mais-valia relativa temos, portanto, um segundo “milagre” (o primeiro foi a galinha dos ovos de ouro, que é a mercadoria força de trabalho): ao tempo que o trabalhador continua a comprar a mesma comida, a mesma roupa, e a morar na mesma casa, em que alguns trabalhadores (sempre minoria) se transformam em especialistas e têm seus salários significativamente aumentados, a mais-valia se ampliou. Isso é possível toda vez que o tempo socialmente necessário para produzir a força de trabalho diminuir – e isso ocorre sempre que a industrialização da produção dos bens de primeira necessidade

forneça comida, roupas, remédios, moradias etc. cada vez mais baratos aos trabalhadores, ou quando o desenvolvimento tecnológico e gerencial possibilitar a diminuição das horas destinadas ao salário dos trabalhadores.

Que quando o capitalista busca a ampliação da mais-valia, com frequência emprega uma combinação dos vários modos de ampliação absoluta e relativa, isso em nada altera a essência do que vimos sobre a mais-valia. O que importa ao capital é, evidentemente, ampliar a mais-valia, e não se essa ampliação é relativa ou absoluta.

Como dissemos, não trataríamos aqui da relação da mais-valia com as classes sociais. O fato de nem todo trabalho assalariado ser produtivo de mais-valia tem uma importância muito grande na luta de classes; o fato de que nem todo trabalhador que produz mercadorias e, portanto, mais-valia, seja parte do proletariado, a classe revolucionária, é algo relevante que não poderá ser aqui abordado.

Contudo, o que vimos até aqui já nos possibilita compreender por que Marx concluiu uma palestra para sindicalistas ingleses dizendo que “Em vez do lema *conservador* de: ‘*Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!*’, [o proletariado] deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*’”. Pois, não há salário “justo”: o salário significa que a capacidade produtiva de todos nós foi reduzida a uma mercadoria. Enquanto mercadoria, a força de trabalho adquire uma nova utilidade (um novo valor de uso): a produção da mais-valia. Ao produzir a mais-valia, já está determinado como será distribuída a riqueza: para a burguesia, a acumulação do capital; para o trabalhador, o salário que o obriga a viver toda a vida como trabalhador, deixando para seus filhos a herança do mesmo destino de exploração.

Vejam: a exploração não depende do valor do salário. Nem o valor do salário é determinado pela luta dos trabalhadores. O máximo que a luta economicista (Lenin) pode conseguir é aumentar um pouco o preço (o salário) da força de trabalho, jamais o seu valor. O salário já é a exploração. Por isso, temos de lutar pela abolição do sistema de trabalho assalariado – ou seja, do modo de produção capitalista.

IV. O que é o desemprego?

Em nossa sociedade, o desemprego é uma maldição tão frequente quanto o Sol nascer a leste. Acompanha a vida de todos os trabalhadores, geração após geração. Já houve época, principalmente nos anos de 1950 e 1960, que muitos trabalhadores ficaram iludidos com a possibilidade de que o desemprego estava para desaparecer. Eram anos em que se acreditava nas promessas do Estado de Bem-Estar e da União Soviética. Um enorme número de trabalhadores, quase sempre iludidos por suas lideranças sindicais e políticas, nutria a certeza de que o desemprego logo seria coisa do passado. Para eles, a dúvida não era se o desemprego desapareceria, mas se desapareceria pelo modelo da economia soviética ou pelo Estado de Bem-Estar.

A história tem a virtude de colocar as coisas no seu lugar e destruir as ilusões, mesmo as mais generosas.

Com o passar dos anos, o Estado de Bem-Estar foi revelando a sua verdadeira essência: através do fordismo, intensificou a exploração da força de trabalho até um nível nunca conhecido antes. Para tornar essa maior exploração possível, reprimiu o movimento dos trabalhadores como nunca antes havia ocorrido na história das democracias e, ainda, efetivou um longo programa político para atrelar os sindicatos ao Estado. Aumentou a exploração dos trabalhadores, não apenas nos países capitalistas mais desenvolvidos, imperialistas, mas também nos países subdesenvolvidos, através das multinacionais (Brasil, México, Argentina, Irã, África do Sul etc.). Como resultado,

a burguesia concentrou ainda mais a riqueza em suas mãos e o desemprego foi aumentando no correr dos anos.

As ilusões com a União Soviética também não resistiriam à história. O que parecia, para muitos, a redenção da humanidade dos males da sociedade de classes, revelou-se uma forma diferente de desenvolvimento do capital em países atrasados (como a velha Rússia dos czares). O fim da União Soviética apenas escancarou a fantasia “socialista” que disfarçava uma nova forma da velha exploração do trabalho pelo capital. Lá também, o desemprego não foi superado.

Os que têm hoje menos de quarenta anos, a maior parte da população, não viveram essas ilusões de que o desemprego estaria com os dias contados. Pelo contrário, convivem com a crise estrutural do capital. Esta crise tem sua origem naquilo que o capitalismo tem de maior virtude: sua capacidade de aumentar a produção ininterruptamente. Em pouquíssimas palavras, como a produção é sempre maior do que o consumo, os preços tendem a cair abaixo do custo, inviabilizando a acumulação de capital e lançando a sociedade numa crise sem fim.

A crise estrutural, que se iniciou na metade da década de 1970, não tem data para terminar. A única certeza que ela nos possibilita é que, se a situação hoje é ruim, muito pior será no futuro. Isso, claro, também vale para o desemprego: tal como tendem a piorar a violência, as desigualdades sociais, a educação, os serviços de saúde, transporte etc., também o desemprego tende a crescer.

Por todos os lugares, por todo o tempo, o desemprego sempre acompanha o capital. As ilusões passadas, sobre o Estado de Bem-Estar e a União Soviética, e as ilusões presentes, de que há saída para o desemprego sem superar o capitalismo, não passam disso: ilusões.

1. Sejamos razoáveis!

Hoje, não podemos sequer confiar nas estatísticas oficiais.

Elas apenas consideram como desempregados os trabalhadores que procuram, mas não encontram, emprego. O número real de desempregados é muito maior, já que uma parte dos desempregados não mais procura emprego, vive de bicos, na informalidade (as atividades semiclandestinas de comércio etc.) ou, ainda, na ilegalidade (drogas, armas, furtos e roubos etc.). O que podemos ter certeza é que a quantidade é enorme e tende a crescer.

Caro leitor, raciocine comigo: se, com tanta gente sem emprego, produzimos muito mais do que necessitamos para todos viverem

muitíssimo bem, imagine o pouco que teríamos de trabalhar se todos trabalhassem.

O razoável não seria, nessa circunstância, diminuir a jornada de trabalho de tal modo que todos pudessem trabalhar? Imagine se, em vez de cinco ou seis dias, trabalhássemos dois ou um dia e meio por semana. A vida não seria muito melhor para todos? Caso todos tivessem emprego, a violência não diminuiria rapidamente? O transporte não melhoraria se tivesse de transportar muito menos trabalhadores, todos os dias, para o emprego? A vida familiar de todos não teria uma qualidade muito melhor?

Na entanto, o que ocorre é precisamente o oposto. É, justamente, o contrário: obrigam-nos a trabalhar ainda mais intensamente para que possam despedir ainda mais gente. A chamada “reestruturação produtiva” é, precisamente, isto: produzir muito mais, com muito menos trabalhadores.

Ao invés de diminuir a jornada de trabalho para todos terem emprego, aumenta-se a intensidade do trabalho de uns para mais desempregar outros tantos. “Se isso não é uma loucura coletiva, está muito perto de virar”, como diria Patativa do Assaré, o maior repentista que o Nordeste jamais conheceu.

2. Por que o desemprego não termina?

Não termina porque nós produzimos para enriquecer os capitalistas e não para atender a nossas necessidades. Ou, para dizer o mesmo com outras palavras, vivemos numa sociedade em que as nossas necessidades são apenas meios para que os burgueses enriqueçam. Ou, se preferirem: em nossa sociedade, só são atendidas aquelas necessidades humanas cujo atendimento é lucrativo. Enfim, porque vivemos no modo de produção capitalista.

O interesse absoluto de todo capitalista é aumentar o seu lucro. Atenção: aumentar o lucro, e não mantê-lo estável. Porque vence a concorrência o burguês que conseguir maior lucro que os outros. Como todos buscam aumentar seu lucro, quem não consegue aumentá-lo logo vai à falência. Aumentar o lucro: esse o interesse absoluto de todo capitalista, sua necessidade primeira.

O lucro, todavia, é composto de coisas bastante distintas. Há o lucro do banco, que vem da diferença entre os juros que ele paga e os juros que ele cobra; há o lucro do comércio, que vem da diferença entre o preço pago pelas mercadorias e o preço que as vende.

Mas a sua forma mais importante, porque vem da produção

de toda a riqueza da sociedade, é a mais-valia do operário da cidade e do campo. A mais-valia é a diferença entre a riqueza produzida pelo trabalhador e o que ele recebe como salário. É com essa diferença que o capitalista paga os custos da produção e retira a riqueza que aumenta o seu capital. O salário, ao contrário, no melhor dos casos, apenas permite ao trabalhador pagar suas despesas para continuar como trabalhador e para seus filhos serem também trabalhadores.

Quanto maior a quantidade de riqueza que o trabalhador produzir em comparação ao salário que recebe, maior a mais-valia. Do mesmo modo, quanto maior a riqueza que uma fábrica (ou latifúndio) produzir com cada vez menos trabalhadores, menor o salário pago e maior a mais-valia do burguês. Por isso, a “lei geral da acumulação capitalista” inclui o fato de que “todo capitalista tem interesse absoluto de extrair determinado *quantum* de trabalho de um número menor de trabalhadores” (Marx, *O Capital*, “A lei geral da acumulação capitalista”).

A tendência geral do desenvolvimento do capitalismo é aumentar cada vez mais a produção e, ao mesmo tempo, empregar cada vez menos trabalhadores, através do aumento constante da produtividade de cada trabalhador. Por isso, com o capitalismo, sempre haverá mais trabalhadores do que empregos. Uma parte importante dos trabalhadores estará permanentemente no desemprego, originando o que Marx chamou de “exército industrial de reserva”.

3. O exército industrial de reserva

Ao capitalista, quanto mais ele produzir com menos trabalhadores, maior o seu lucro. Essa a causa básica de o desemprego ser algo permanente no capitalismo, mesmo em períodos em que o crescimento econômico gera uma maior procura por trabalhadores. O desemprego faz parte da “lei geral da acumulação capitalista”. Essa massa de trabalhadores sem emprego, dispostos a qualquer trabalho em troca de qualquer salário, é o que Marx denominou de “exército industrial de reserva”.

O jovem Engels, ao entrar em contato com Londres no início do século 19, fez um belíssimo estudo sobre as condições de trabalho, vida e moradia dos trabalhadores e operários de então. A descrição que ele faz da cidade (há mapas de Londres daqueles anos que nos permitem localizar as ruas e quarteirões, bairros e parques que ele menciona) impressiona a todos, ainda hoje, século e meio

depois. O destino daqueles homens e mulheres, velhos (poucos) e crianças (muitas) era vender sua força de trabalho para viver como porcos – ou, ainda pior, não conseguir emprego e viver pior do que os porcos. Esse destino era já a encarnação de um dos aspectos da “lei geral da acumulação capitalista”: o capitalismo e o desemprego não são sinônimos, mas algo como irmãos siameses. Um não pode viver sem o outro.

O exército industrial de reserva exerce dois importantes papéis na reprodução do capital. O primeiro papel é diretamente econômico, o segundo é ideológico e político.

O valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para a manutenção da vida do trabalhador (tratamos disso no artigo sobre a mais-valia, acima). O preço da força de trabalho pode estar acima ou abaixo desse valor, de acordo com a lei da oferta e da procura. Se há mais trabalhadores procurando emprego do que vagas oferecidas, o capitalista pode contratar o trabalhador mais habilidoso pelo menor salário.

Por isso, o exército industrial de reserva não é, apenas, uma decorrência do fato de que quanto mais se produz, com uma quantidade menor de trabalhadores, maior será a mais-valia. É também um poderoso instrumento que possibilita ao patrão pagar o menor salário ao melhor trabalhador que conseguir no mercado. Por isso, desde o século 19, o Estado – lembremos, o comitê executivo do conjunto da classe dominante – toma medidas para administrar o tamanho ideal do exército industrial de reserva. Se os desempregados não forem em número suficiente, a mais-valia tende a cair porque os salários tendem a subir; se for em demasia, pode provocar revoltas sociais indesejadas. Através do favorecimento ou da proibição da entrada de trabalhadores estrangeiros, através das políticas de estímulo ou de controle do aumento da população, do salário desemprego etc., o Estado pode, com alguma eficiência, controlar a massa de desempregados sempre presente na economia.

A primeira consequência, dizíamos, era diretamente econômica: a presença do exército industrial de reserva derruba o salário e aumenta a mais-valia. O desemprego é lucrativo ao patrão e ao sistema do capital como um todo.

A segunda consequência é o reflexo do desemprego na consciência, na luta e na organização dos trabalhadores. A perseguição aos trabalhadores revolucionários é muito mais fácil, e o poder de pressão do patrão sobre todos os trabalhadores é muito mais eficaz, quando há muitos trabalhadores procurando emprego. Mas quando faltam trabalhadores a situação é diferente.

O poder de reação dos trabalhadores varia conforme aumenta ou diminui o exército industrial de reserva. Quando faltam trabalhadores e os salários estão subindo, é mais fácil para o movimento dos trabalhadores conseguir pequenas vitórias como redução da jornada de trabalho, melhores salários etc. Então é possível, em cada empresa, em cada lugar de trabalho, a vitória pontual de pequenas lutas localizadas. É, também, o momento em que crescem as ilusões reformistas, ou seja, a crença de que, de pequenas em pequenas conquistas, chegaremos a nos libertar do capital.

Todavia, quanto faltam empregos e os trabalhadores são em demasia (como ocorre durante a crise estrutural), o oposto acontece. A única resistência possível é a do conjunto dos trabalhadores, unidos, contra o capital. Individualmente, ou isoladamente em cada local de trabalho, apenas se pode acatar, como carneiros, o que foi determinado pelo patrão. Nesses momentos, aos trabalhadores não restam senão duas alternativas: a completa rendição ou a revolta aberta.

É aqui que os sindicatos – em nossos dias e falando em geral, deixando de lado as exceções –, dominados pela aristocracia operária, jogam um papel importante de auxílio à burguesia (ver o artigo “A aristocracia operária”). Sempre que a luta dos trabalhadores ameaça passar a um confronto aberto contra a exploração, os sindicatos agem para isolá-las e derrotá-las. Foi assim na grande greve de 1936, na França; nas greves de 1967-68, na Inglaterra e na França; na greve de um ano (1984-85) dos mineiros ingleses contra Margaret Thatcher; e, entre nós, na greve dos petroleiros de 1995, contra as políticas neoliberais do FHC e na greve do funcionalismo público, no primeiro governo Lula, contra a reforma da previdência. Os exemplos podiam servir para uma longuíssima lista. Provavelmente, a maioria dos leitores conhecerá outros exemplos.

Quando negociamos com o capital o desemprego de alguns de nossos companheiros de trabalho, negociamos o desemprego futuro de todos os trabalhadores. Dividido, o proletariado não tem nenhuma força para resistir ao capital. Na luta de classes, quem pode o mais não pode o menos. Os trabalhadores e o proletariado, unidos, podem destruir o capital. Mas, divididos, sob o domínio do capital e da aristocracia operária que é sua aliada, não conseguem sequer diminuir o desemprego ou, mesmo, forçar uma pequena distribuição da riqueza social.

Portanto, o desemprego: 1) é causado pela necessidade absoluta do capital de ampliar a mais-valia pelo aumento da produção com um número decrescente de trabalhadores; 2) possui a função econômica de reduzir os salários; 3) auxilia os patrões e seus alia-

dos no movimento sindical e político a controlar os trabalhadores, a enfraquecer suas lutas, fazendo com que trabalhadores e proletários permaneçam divididos e debilitados, favorecendo a consciência “economicista” (Lenin), reformista, e fortalecendo as lideranças que apregoam a colaboração de classe.

Por isso, desemprego e capitalismo são irmãos siameses!

V. A aristocracia operária

O desenvolvimento dos modos de produção é, também, o desenvolvimento das classes sociais e das suas relações. Em Roma, as diferenças entre os senhores de escravos eram muito maiores que, por exemplo, nos primeiros impérios escravistas, como a Babilônia ou o Egito. Essas diferenças respondem por boa parcela dos conflitos políticos em toda a Antiguidade.

Semelhante à Idade Média: o desenvolvimento aumenta as diferenças entre os senhores feudais e os servos. Quando da Revolução Inglesa (1642-88) e da Revolução Francesa (1789-1815), essas diferenças foram importantes para a evolução concreta das lutas de classe.

Com o modo de produção capitalista não é diferente.

Tanto na burguesia quanto no proletariado, a diferenciação interna tende a crescer. Entre os proletários, cresce seu setor rural, aumenta a distância entre os mais especializados e os “peões”, suas profissões se diversificam, seus regimes de trabalho não são mais tão próximos. Entre as mais importantes diferenciações no seio do proletariado está o surgimento e o desenvolvimento da aristocracia operária.

1. Mais-valia relativa e aristocracia operária

O principal fator no surgimento e desenvolvimento da aristocracia

operária é o crescimento da importância da mais-valia relativa na reprodução da totalidade do sistema do capital.

A mais-valia corresponde a uma peculiaridade da mercadoria que é a força de trabalho. Apenas ela produz um valor maior do que o seu próprio: a mais-valia. O capital possui apenas dois modos de ampliar a mais-valia: o modo absoluto e o modo relativo.

A mais-valia absoluta é a mais primitiva: reduz-se o salário do trabalhador - ou, o que dá no mesmo, amplia-se a jornada de trabalho com o mesmo salário. Com isso, a parcela da riqueza produzida pelo trabalhador consumida no pagamento do seu salário cai, aumentando de modo absoluto a mais-valia.

A mais-valia relativa é mais desenvolvida e apenas pôde se generalizar pela economia com a passagem do capitalismo ao seu estágio monopolista, a partir de 1870. Ela se caracteriza pela diminuição da riqueza produzida pelo trabalhador que será destinada ao salário ou 1) porque o valor da força de trabalho cai ou, então, 2) porque o desenvolvimento tecnológico aumenta a quantidade de riqueza que o trabalhador produz, fazendo com que o seu salário consuma uma parcela decrescente de sua jornada de trabalho. (Caso necessite de esclarecimentos sobre essa questão, ler o artigo sobre mais-valia no *Jornal Espaço Socialista* nº 8.)

Para entendermos por que a mais-valia relativa (e sua generalização pela economia) é o berço do nascimento e o principal fator de desenvolvimento da aristocracia operária, não é preciso mais do que um pouco de história.

2. Um pouco de história

Comparadas a hoje, nos primeiros momentos da Revolução Industrial as cidades que concentravam a indústria eram bem menores e a capacidade produtiva, mesmo que muito superior à de algumas poucas décadas antes, era ainda bastante modesta.

Já nesse momento inicial, o proletariado³ estava longe de ser

3 Marx, Engels e Lenin tomam o trabalho como a atividade fundante da sociedade e, por essa razão, definem as classes sociais pelo local que ocupam na estrutura produtiva. O que difere o proletariado dos demais assalariados é que, pelo seu trabalho na agricultura e nas fábricas, converte a natureza nos meios de produção e de subsistência que são a origem de todo o capital. Os proletários são a única classe que produz o capital, são a única classe não parasita no modo de produção capitalista. Tratamos desse tema no *Jornal Espaço Socialista* nº 77 e nos livros *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (Ed. Cortez) e *Proletariado e sujeito revolucionário* (Instituto Lukács).

homogêneo: operários mais especializados recebiam um salário um pouco maior, suas condições de vida e trabalho não eram as mesmas do conjunto da classe, sua instrução e nível cultural não eram os mesmos – e assim por diante. Com o desenvolvimento das indústrias, essa diferenciação vai se ampliando. Não apenas pelo crescimento da camada de operários especializados, mas também pela crescente industrialização de novos ramos da produção (mecânica, siderurgia, química, têxtil, mineração, militar etc.), o que cria novos empregos e novas profissões. O texto de juventude de Engels, *A situação da classe operária inglesa*, é uma belíssima descrição desse momento inicial do proletariado.

Com o crescimento industrial, as cidades conheceram um crescimento vertiginoso, o que ampliou a procura pelos bens de primeira necessidade, tornando lucrativa a sua produção em escala industrial. A roupa, a comida, o remédio, a casa do trabalhador, quando industrializados, tornam-se muito mais baratos e, com isso, a quantidade da força de trabalho socialmente necessária para a reprodução do operário diminui. Ou seja, um tempo menor de sua jornada de trabalho será consumido pelo seu salário, aumentando a mais-valia relativa.

A industrialização aumenta o mercado consumidor dos bens de primeira necessidade, promovendo assim a sua industrialização. Com isso:

- 1) cai o valor dos bens de primeira necessidade;
- 2) a “vida” do trabalhador se torna “mais barata” e uma parcela menor da riqueza que ele produz será consumida para pagar o seu salário;
- 3) aumenta a mais-valia relativa e, ainda mais, uma nova fonte de mais-valia absoluta é acrescida ao sistema do capital com o desenvolvimento das indústrias de bens de primeira necessidade;
- 4) aumenta a lucratividade do capital como um todo.

Esse processo ganhou uma nova qualidade com a passagem do capitalismo à sua etapa monopolista e imperialista, na crise de 1870.

3. As crises cíclicas e a crise de 1870

O constante aumento da produção conduz o capitalismo às crises cíclicas. Como o capital concentra cada vez mais a riqueza na classe dominante e, ao mesmo tempo, aumenta sempre a produção, esta última tende a se tornar superior à capacidade de consumo da sociedade. Surge a superprodução e, com ela, as vendas caem, os estoques não são esgotados, suspende-se a produção e, logo, os trabalhadores são demitidos. Com o desemprego crescente, o consumo cai ainda mais, derrubando a produção e aumentando as demissões.

Com a paralisia da produção industrial, a agricultura quebra (pois não se consomem mais as matérias-primas que ela produz) e os bancos vão à falência, já que os empréstimos não são pagos. A crise se generaliza. Com a produção paralisada, aos poucos os estoques são consumidos, a carência de mercadorias eleva novamente seus preços e volta a ser lucrativa a sua produção.

Retoma-se, assim, o ciclo de crescimento da economia.

Com um detalhe importante, contudo: a cada crise, o pequeno é engolido pelo médio, e este é engolido pelo grande. Tem lugar uma concentração que faz com que o ponto de partida do crescimento da economia após uma crise seja um capital mais concentrado. De crise em crise, o capital vai se concentrando até que, com a crise de 1870, parcelas inteiras dos mercados nacionais dos países mais avançados passaram a ser monopolizadas por uma ou por poucas empresas. O capitalismo estava transitando, de sua etapa concorrencial, à nova etapa, a do capitalismo monopolista e do imperialismo.

Essa mudança no interior do capitalismo teve três consequências decisivas para o desenvolvimento da aristocracia operária:

1) aumentou ainda mais a distância da parcela mais rica e especializada do proletariado para o conjunto da classe. Suas condições de vida, suas condições de trabalho e seus salários melhoravam à medida que o capitalismo se desenvolvia e sua especialização valorizava sua força de trabalho. As primeiras ilusões de que o desenvolvimento do capitalismo melhoraria a sorte de todos os assalariados ganharam um enorme impulso. Bernstein⁴, naquela época, argumentava que o

4 Eduard Bernstein (1850-1932) foi o primeiro teórico reformista com uma proposta abrangente e global da pacífica transformação do capitalismo em socialismo. Sua influência se estendeu, no século passado, por todo o campo socialdemocrata e também entre os eurocomunistas. O quanto suas concepções estavam equivocadas se tornou evidente quando, às vésperas da Primeira Grande Guerra (1914-18), dizia ser desnecessário que os revolucionários

desenvolvimento do capitalismo automaticamente levaria à distribuição cada vez mais generalizada da riqueza e, portanto, ao socialismo. Aliar-se com os setores “progressistas” da burguesia e apoiar as políticas de desenvolvimento do capitalismo seria, portanto, a correta estratégia revolucionária.

A distância entre a aristocracia operária e o conjunto da classe também aumentou porque, num processo descrito por Lenin em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, os grandes grupos capitalistas passaram a investir na exploração das matérias-primas e das fontes de energia (carvão, e depois petróleo) dos países da África e da Ásia, fazendo surgir um proletariado nessas regiões ainda mais miseravelmente pago e com condições de trabalho ainda mais penosas que a de seus camaradas europeus. Há agora não apenas a crescente distância entre os operários mais especializados e os “peões” no centro do capitalismo, mas também entre os proletários da Europa e os das colônias.

2) a segunda consequência é que a aristocracia operária percebe que, quanto menor o salário dos operários que produzem os bens de primeira necessidade, mais baratas essas mercadorias e, portanto, maior seu poder de compra.

Em poucas palavras: tanto à aristocracia operária quanto aos burgueses interessa que os trabalhadores que fabricam as roupas, a comida, a moradia, o remédio etc. recebam os mais baixos salários. Pois, nesse caso, o aumento da mais-valia relativa é, também, o aumento do poder de compra da aristocracia operária. Surge um interesse econômico comum à burguesia e à aristocracia operária.

A solidariedade de classe é, então, quebrada. Sempre que os operários envolvidos na produção dos bens de primeira necessidade protestam por melhores salários – ou quando os trabalhadores dos países mais atrasados se revoltarem contra o imperialismo –, a aristocracia operária percebe que uma vitória dessas lutas levará ao encarecimento das mercadorias que ela consome. Tendem, por isso, a ficar com a burguesia e contra os demais trabalhadores.

3) a terceira consequência não é menos grave. A concentração do capital em alguns poucos grupos econômicos, que passam a dominar a economia de seus países, faz com que o poder político des-

rios se organizassem para evitar o conflito porque a “racionalidade” do capital impediria o conflito. Foi de grande ajuda, naquele momento, a mobilização para a guerra promovida pelo imperialismo.

ses grupos cresça enormemente. Com isso, as ações do Estado passam a ser determinadas pelos interesses de tais grupos econômicos.

Para nosso estudo da aristocracia operária, o importante é que o capital logo percebeu - inicialmente pela experiência da Alemanha governada por Bismarck (últimas décadas do século 19) - que, se o Estado subsidiasse a educação, o transporte, a saúde, a alimentação, a moradia etc. dos trabalhadores, baratearia ainda mais a força de trabalho, ampliando desse modo a mais-valia relativa. Ampliam-se, ao longo dos anos, os investimentos estatais na educação pública, na saúde pública, no transporte público etc. porque com isso aumenta a mais-valia relativa do sistema do capital como um todo - com a consequente ilusão de que o Estado estaria se convertendo em representante dos interesses dos trabalhadores.

Resumindo: o capitalismo monopolista e o imperialismo:

1) ampliaram a distância das condições de vida e trabalho da aristocracia operária das do conjunto da classe;

2) aproximaram a aristocracia operária do capital com a finalidade imediata de desenvolver o capitalismo e de manter baixos os salários dos proletários que produzem os bens de primeira necessidade, tanto no interior dos países imperialistas quanto nas colônias da África, Ásia e, depois, das Américas;

3) fizeram com que o Estado passasse a investir em políticas públicas com a finalidade de tornar ainda mais barata a reprodução da força de trabalho e, assim, ampliar a mais-valia relativa.

As conseqüências ideológicas logo se fizeram sentir. Às ilusões de que o capitalismo conduziria à melhoria da vida de todos é acrescida, agora, a ilusão de que o Estado teria deixado de ser o comitê executivo da classe dominante para se converter num Estado que democraticamente representaria o conjunto da sociedade. O reformismo no seio do movimento operário se fortalece e passa a ter a maioria nos congressos dos partidos e das organizações sindicais. A burocracia sindical e partidária apoia cada vez mais decididamente as teses de que a revolução não mais seria necessária, pois a evolução do capitalismo “mostrava” que o seu desenvolvimento levaria à distribuição da riqueza e a um Estado cada vez mais representante de todas as classes sociais.

Foi nesse momento que Marx escreveu as importantíssimas “Críticas aos programas de Gotha e Erfurt”.

4. Os sindicatos e a colaboração de classes

Como as lideranças tendem a sair da parcela mais especializada e culta dos operários, os partidos e sindicatos passaram a expressar mais diretamente os interesses da aristocracia operária que os do conjunto da classe. Apesar de minoritária no interior da classe, a aristocracia operária fornece os membros da burocracia sindical e partidária. Com isso, seu peso político tende a ser muito maior que o seu número.

O domínio dos sindicatos e dos partidos pela aristocracia operária tem um reflexo na ideologia: o reformismo passa a contar com os meios econômicos e políticos dos sindicatos e partidos para se desenvolver e se popularizar. A possibilidade de se alcançar uma “sociedade justa”, convertendo o capitalismo, de reforma em reforma, num capitalismo de “face humana”, é agora defendida abertamente por muitas lideranças sindicais e partidárias. Defendem ainda que o Estado estava evoluindo para uma instituição democrática que representaria os interesses de toda a sociedade. Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo foram os principais opositores ao crescimento do reformismo, à legitimação do Estado e à colaboração de classes.

Nesse sentido, Lenin caracterizou com precisão a aristocracia operária ao escrever: “Essa camada de operários aburguesados ou de ‘aristocracia operária’, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia, colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards”.

Desde o final do século 19, a burguesia vai se dando conta de que há um setor do proletariado com o qual “se pode conversar” e buscar acordos. Diferentemente do restante dos trabalhadores, esse setor é “civilizado”, “cidadão” e “responsável”. A burguesia percebe, ainda mais, que uma aliança com a aristocracia operária enfraqueceria o restante da classe, tornando mais fácil o controle de todos os trabalhadores pelo capital.

Já em 1918-22, a aristocracia operária e sua burocracia foram importantes na derrota da Revolução Alemã e no assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na gigantesca greve de 1936

na França, Maurice Thorez, secretário-geral do PCF e um dos principais representantes da aristocracia operária, aliou-se aos capitalistas para desmontar o movimento. “É preciso saber como interromper uma greve”, declarou. Logo após a II Guerra Mundial, em 1946, a confiança da burguesia na aristocracia operária na França chegou ao ponto de entregar às principais centrais sindicais a administração do sistema de aposentadoria dos trabalhadores. Hoje, não por acaso, nem é um fato original, no Brasil, os fundos de pensão, tão importantes para a especulação, são administrados em larga medida pela burocracia oriunda da aristocracia operária.

Com a crise estrutural do sistema do capital, a partir dos anos de 1970, a instabilidade econômica e social torna ainda mais importante o papel da aristocracia operária no controle do proletariado. Aumenta ainda mais a integração da aristocracia operária, seus sindicatos e partidos, ao Estado e ao grande capital. Em muitos países, a aristocracia operária e sua burocracia têm sido um importante fiador das políticas neoliberais de da “reestruturação produtiva”. Os sindicatos e partidos dos trabalhadores vão se convertendo em “cães de guarda” do capital, como disse um pesquisador francês.

No Brasil, as coisas não foram diferentes. Foram tardias e mais rápidas, apenas.

5. A aristocracia operária no Brasil

A industrialização que teve lugar a partir da Ditadura Militar, dos anos de 1970 até os nossos dias, forneceu as bases para o desenvolvimento da aristocracia operária no Brasil.

De início, junto às indústrias de base e pesadas (metalurgia, automobilística, siderurgia, petroquímica), logo a aristocracia operária foi se generalizando à medida que a tecnologia se elevava e a produção crescia. O Brasil se “modernizou” mantendo o que mais interessa à burguesia: uma crescente concentração de rendas e a maior lucratividade possível para o capital como um todo.

Em pouco mais de uma década, um setor dos operários, os mais especializados, de maior nível cultural e informação política, passou a fornecer as lideranças que organizaram as lutas contra a Ditadura. Em pouco tempo, entre 1978 e 1981, organizaram uma estrutura sindical paralela que destronou o poder da “pelegada” que apoiava os militares. As greves de 1978-9 anunciaram a entrada em nossa história de uma nova liderança sindical, que vinha da nova aristocracia operária e que exigia o que já havia em todos os países imperialistas: a

participação, no Estado, dos “trabalhadores”. O PT surgiu para lutar por essa participação no Estado. Só assim, argumentavam, seria construído um Brasil justo.

Colhemos, hoje, os resultados dessa história: os “representantes dos trabalhadores”, as lideranças da CUT e do PT eram, na verdade, representantes da aristocracia operária. Pela promoção das ilusões reformistas e pela promoção ativa da colaboração de classe, desarmaram o conjunto dos trabalhadores e conseguiram evitar o confronto aberto com o capital. As greves dos petroleiros de 1995 e a dos funcionários públicos em 2004 não nos deixem mentir. Os burocratas do PT e da CUT foram fundamentais para o sucesso da “reestruturação produtiva” e do neoliberalismo. Fizeram para isso tudo o que estava ao seu alcance: desde a promoção do empreendedorismo entre os trabalhadores até o aberto combate às teorias e organizações revolucionárias.

A história de como se costurou a aliança da aristocracia operária com o grande capital no Brasil é, em larguíssima medida, a história de como o PT e a CUT, de uma postura mais combativa (mas, nunca, anticapitalista), se converteram em pilares importantes do controle dos trabalhadores pelos patrões.

Não há espaço, agora, para delinear essa história. O fundamental é a sua lição: se não somos capazes de identificar nossos inimigos, lutaremos contra fantasmas e não contra as forças reais que nos oprimem. Enquanto as ilusões acerca dos sindicatos e partidos dominados pela aristocracia operária estiverem presentes entre os trabalhadores e proletários, as lutas não se voltarão contra as verdadeiras causas, mas apenas contra os efeitos superficiais, da exploração do proletariado pelo capital. Terreno seguro para a derrota revolucionária e para a manutenção do capitalismo.

Por isso, a luta revolucionária contra o capital, no Brasil como no resto do mundo, é também a luta contra a aristocracia operária e contra a burocracia sindical e partidária que dela se origina. Isso, se já era verdade na época de Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo, é ainda mais em nossos dias.

VI. A assim dita “classe média”

O conceito de classe média é incompatível com o pensamento de Marx e Engels. Por várias razões. É um conceito vazio de significado: o que é “médio” tira o seu conteúdo dos extremos dos quais é médio. É um conceito de classe social desvinculado do trabalho, como categoria fundante da humanidade, e da economia, como momento predominante da reprodução das sociedades. Por isso, em sua caracterização, entram critérios que se originam do poder aquisitivo, ou do padrão de consumo, ou de alguns traços culturais, ou do nível de formação profissional, ou de algumas características políticas – mas, jamais, do lugar que ocupam na estrutura produtiva. É um conceito típico da sociologia, a ciência da sociedade essencialmente burguesa, quase sempre com um conteúdo idealista ou politicista.

Contudo, se o conceito de classe média é radicalmente recusado pelo marxismo, o problema a que ele se refere é real e um dos mais complexos na análise das classes sociais.

Todas as sociedades de classe conheceram duas classes fundamentais (senhores de escravos e escravos, senhores feudais e servos, burgueses e proletários). Em todas as sociedades de classe, a classe dominante necessitou de auxiliares para a manutenção da exploração dos trabalhadores. A depender do momento histórico e do modo de produção, esses auxiliares podem ser mais ou menos numerosos, podem ter uma maior ou menor participação na riqueza que a classe dominante expropria dos trabalhadores, podem ter uma formação cultural mais ou menos elevada etc. Os funcionários estatais são os

auxiliares mais típicos das classes dominantes ao longo da história e, na quase maioria dos casos, são assalariados.

Mas há, também, outros setores da sociedade que não são nem da classe dominante nem da classe trabalhadora. Um bom exemplo são os camponeses na Grécia antiga, na República romana e, também, na França do século 19; outro exemplo são os artesãos que subsistiram em várias cidades durante a Idade Média.

Em poucas palavras, se é possível englobar todas as classes que vivem da exploração dos que produzem a riqueza social em um único conceito, o de classe dominante; se se é possível colocar escravos, servos e proletários no conceito de classe explorada, não é possível colocar juntos, em um único conceito, os camponeses da República Romana, os artesãos urbanos da Florença medieval e os assalariados não proletários do capitalismo desenvolvido. Em cada modo de produção e em cada sociedade, as classes que não pertencem nem aos dominantes nem aos explorados possuem uma composição e uma formação distintas - sempre decorrentes do lugar que ocupam na estrutura produtiva das sociedades.

Estamos, portanto, diante tanto de um falso conceito de classe média quanto de um problema real. É um problema que se altera ao longo do tempo; em cada modo de produção e, no interior de cada um suas distintas etapas evolutivas, ele apresenta diferenças importantes em como essas classes se constituem e, portanto, em como participam das lutas de classe.

Por essa razão nos concentraremos no modo de produção capitalista desenvolvido e em seu caso mais típico, o da Europa Ocidental.

1. Marx e o 18 Brumário

Há dois textos muito especiais em que Marx analisa eventos concretos da luta de classe. O primeiro deles é o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, e o segundo, *As lutas de classe na França*. São especiais, em primeiro lugar, pelos objetos que estudam. As revoluções de 1848, em especial a da França e, no segundo texto, a Comuna de Paris de 1871. Em segundo lugar, porque são redigidos num momento da evolução teórica de Marx em que as categorias mais importantes de seu pensamento já estão, no essencial, consolidadas. Não são textos como *A ideologia alemã* ou *A sagrada família*, em que questões decisivas receberiam, no futuro, soluções e formulações mais avançadas.

No *18 Brumário*... Marx analisa o processo ideológico e político

pelo qual os setores e classes sociais se aproximam ou se afastam do proletariado ou da burguesia conforme a luta de classes se desdobra. Expõe a constituição social e o lugar que ocupam na estrutura produtiva os que não são nem proletários nem burgueses. Ele identifica os pequenos proprietários agrícolas que, por terem recebido de Napoleão o título de propriedade das terras que haviam tomado da nobreza durante a Revolução Francesa, vão seguir Luis Napoleão, sobrinho do grande Napoleão, ainda que isso prejudique seus interesses de classe no longo prazo. Ele compara esses camponeses a um saco de batatas: estão lado a lado, contudo não compõem uma classe social capaz de entrar nas lutas com um projeto político próprio. A penetração do capital no campo tende a eliminar esse campesinato e a substituir por um muito menos numeroso proletariado rural.

Além desses camponeses, Marx identifica uma grande quantidade de pequeno-burgueses, isto é, burgueses, mas com pequeno capital - desde os donos de pequenas vendas e negócios, pequenas oficinas, até os profissionais liberais (como eram, então, os médicos, farmacêuticos, alfaiates, costureiras e assim por diante). Ao lado deles, temos ainda uma vasta gama de funcionários públicos empregados pelo Estado; e, por fim, outros profissionais assalariados, como os jornalistas, teatrólogos, *chefs* de cozinha etc.

Quando Marx quer se referir ao conjunto dessas classes e agrupamentos sociais, muito heterogêneo internamente e com participação política muito diversificada, mas predominantemente contrarrevolucionária, ele emprega o conceito de “classes de transição”. Vamos, pois, segui-lo também nesse particular. Deixemos de lado o conceito sociológico-burguês de classe média e adotemos o conceito marxiano de classes de transição.

2. As classes de transição

A sociedade capitalista desenvolvida, industrializada, apresenta duas diferenças importantes se comparada com a da época de Marx. A primeira é o desaparecimento quase completo do campesinato, pequeno proprietário rural. A França é uma aparente exceção, porque lá o grande capital penetrou no campo também pela mediação da pequena propriedade agrícola. Em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, esse pequeno proprietário rural praticamente desapareceu ante o *agrobusiness*, um desaparecimento a que estamos assistindo em nossos dias no Brasil.

A segunda diferença importante é que o desenvolvimento das forças produtivas liberou uma vasta quantidade de trabalhadores das atividades que transformam a natureza (do trabalho) e os deslocou para o setor de serviços ou para o comércio. Cresceram assim enormemente, se comparado ao século 19, os assalariados que não transformam a natureza, isto é, que não são proletários.

Hoje em dia, nas economias mais desenvolvidas do planeta, entre a burguesia e o proletariado há uma enorme massa de assalariados com um poder aquisitivo que vai desde a linha da miséria até os executivos que recebem salários milionários. Ao lado deles, compondo também as classes de transição, uma vasta e heterogênea gama de pequeno-burgueses, em geral comerciantes, donos de pequenas oficinas, de táxis e de vans de transporte público. Temos, ainda, a dita economia informal, desde o contrabandista tipo Paraguai ou o revendedor de roupas de grife que saíram com defeito das confecções, até toda a cadeia de tráfico de drogas e de armas. No Brasil, hoje, dados indicam que cerca de 60% da força de trabalho se localiza nesse setor informal. Numericamente é, portanto, muitíssimo significativo.

O último setor importante das classes de transição, hoje, são os funcionários públicos, dos carcereiros e torturadores ao presidente da República. Conforme se intensifica a repressão e a necessidade de maior controle da sociedade pelo Estado, o número e o peso social desse setor tendem a crescer.

3. Assalariados e assalariados

Apesar das enormes diferenças profissionais, culturais, de poder aquisitivo e mesmo de concepção de mundo e de participação política das classes de transição, elas compõem, junto com a burguesia, a porção parasitária da sociedade. Tal como os burgueses, elas também vivem da riqueza produzida pelo proletariado.

Relembremos, em poucas palavras, o que vimos no artigo “Classes Sociais”, no *Jornal Espaço Socialista* n° 77. Toda a riqueza de toda e qualquer sociedade vem da transformação da natureza em meios de produção e meios de subsistência. Isso é fácil de ser percebido nos modos de produção escravista e feudal. Ninguém, nesses casos, argumentará que o soldado romano ou o padre medieval produzem qualquer riqueza; pelo contrário, é evidente que vivem da riqueza produzida pelos escravos ou pelos servos.

No capitalismo desenvolvido, isso já não é assim tão evidente. Por duas razões. A primeira e menos importante é porque todos são,

agora, tipicamente ou burgueses ou assalariados. O que gera a falsa impressão de todos os assalariados serem igualmente explorados pela burguesia. Veremos que são explorados, mas não igualmente explorados; a qualidade da exploração não é a mesma porque exercem distintas funções na estrutura produtiva.

A segunda, e mais importante, é que o capital é uma forma de propriedade privada que se reproduz diferentemente da propriedade privada escravista e feudal. Ainda que, como propriedade privada, seja a mesma apropriação pela classe dominante da riqueza produzida pelos explorados, o capital imediatamente se acumula pela mercadoria, ou seja, por aquele produto do trabalho que é portador da mais-valia.

Já vimos o que é a mais-valia: é o valor de uso da força de trabalho sob o capital. A força de trabalho é a única mercadoria que, consumida, produz um valor maior do que o seu próprio. Imediatamente, portanto, há dois tipos de trabalhadores assalariados: aqueles que produzem mercadorias (e, assim, produzem mais-valia) e os que não o fazem. Os primeiros são chamados de trabalhadores produtivos, e os outros, de improdutivos. Mas, atenção: produtivos ou improdutivos de mercadorias, de mais-valia.

O exemplo clássico de Marx é um professor. Se ele trabalha numa escola pública, é um trabalhador assalariado que não produz mais-valia. O Estado não vende ao aluno a mercadoria hora-aula do professor. Caso esse mesmo professor trabalhe em uma escola privada, ele será, então, um trabalhador produtivo de mais-valia. Pois, na escola privada, o seu trabalho se converte numa mercadoria que o proprietário da escola vende aos pais dos alunos. O salário do professor possui um valor menor do que a hora-aula que ele produz; é uma mercadoria que, como toda mercadoria, é portadora de mais-valia.

O capital não se acumula com o trabalho do professor em uma escola pública; mas se acumula com o trabalho do mesmo professor na escola privada. Isso é apenas uma decorrência de que se trata de relações sociais diversas: o Estado fornece um serviço que é a educação pública, a escola privada vende uma mercadoria produzida pelo professor (a hora-aula). Para o capital, o salário do professor do Estado é custo, o da escola privada é fonte de mais-valia.

Os assalariados, portanto, se dividem em assalariados produtivos e improdutivos de mercadorias, isto é, produtivos ou improdutivos de mais-valia. Essa diferença é importante, mas não determina as classes sociais, como veremos a seguir.

4. Trabalhador produtivo e proletariado

Voltemos ao exemplo de Marx: o professor na escola privada. Vimos que ele produz uma mercadoria, a hora-aula, que, vendida pelo proprietário da escola, converte-se em mais-valia. O patrão que explora o professor, claro está, acumula o seu capital.

Contudo, o professor apenas pode receber o seu salário se houver compradores para a mercadoria hora-aula que ele produz. Por isso, é preciso que haja uma vasta quantidade de pessoas na sociedade que não tenha tempo para educar seus filhos e que, simultaneamente, tenha dinheiro disponível para pagar a escola dos filhos. Para que a escola seja um negócio lucrativo, é preciso que um montante de riqueza, sob a forma de dinheiro, já exista na sociedade.

De onde provém essa riqueza que precisa existir para que o professor possa vender sua força de trabalho ao dono da escola? Do trabalho do proletariado.

Podemos ser breves, porque já vimos isso em “A aristocracia operária”, no *Jornal Espaço Socialista* nº 82. O trabalho que transforma a natureza gera um produto que, por ser natureza transformada, continua a existir depois de terminado o processo de sua produção. Por isso essa riqueza vai se acumulando na sociedade, de geração a geração. A cada ato de trabalho proletário, uma nova riqueza é acrescentada à riqueza social já existente. A cada ato de trabalho proletário amplia-se o “capital social total” (Marx): produz-se um novo, antes inexistente, capital. A riqueza necessária para que o professor possa produzir mais-valia advém do trabalho proletário.

Muito resumidamente, funciona assim: a burguesia vende o produto gerado pelo trabalho proletário. Com o dinheiro obtido, ela paga todos os seus assalariados proletários ou não (administradores, executivos, chefes de oficina, engenheiros de todos os matizes, segurança na empresa etc.) e paga, também, os impostos que vão manter o Estado e, portanto, que assalariam os funcionários públicos. A porção da mais-valia proletária que a burguesia industrial e do *agrobusiness* transfere aos bancos sob a forma de juros também paga os assalariados do setor bancário. Por fim, a parcela da mais-valia que a burguesia industrial transfere ao comércio assalaria os trabalhadores deste setor.

Não apenas a riqueza da burguesia, mas todos os salários têm sua origem no proletariado. O trabalho proletário, por ser fundante da sociedade burguesa, também é o produtor de toda a riqueza nela existente.

Em outras palavras, a única classe social que não vive da exploração de nenhuma outra é o proletariado (do campo e da cidade).

Todos os outros assalariados vivem da riqueza que a burguesia extrai do proletariado. Há, portanto, assalariados e assalariados: as classes de transição, de um lado, e do outro, o proletariado. Essa é uma das razões que fazem o proletariado a única classe revolucionária, no presente.

5. A exploração das classes de transição e a do proletariado

A riqueza que a burguesia expropria do proletariado é dividida em duas porções, *grosso modo*. Uma porção é a mais-valia. Outra porção paga os custos da produção. Parte preponderante desses custos é o valor da força de trabalho. Quanto menores os salários, menores os custos de produção e, assim, maior a lucratividade do capital.

Há, portanto, uma contradição entre o conjunto dos trabalhadores assalariados e o capital. Este quer diminuir, aquele quer aumentar, o valor dos salários. As classes de transição e o proletariado possuem em comum a luta pela ampliação dos salários.

Contudo, há um limite para esse campo comum: como os salários das classes de transição têm sua origem na exploração do proletariado pela burguesia, elas compartilham com a burguesia o interesse histórico pela manutenção da exploração do proletariado pelo capital. Apenas o proletariado tem interesse em extinguir a exploração do trabalho pelo capital, pois apenas ele não vive desta exploração.

A manutenção de baixos salários entre os proletários do campo e da cidade é uma das condições para que as classes de transição⁵ tenham acesso a mercadorias de menor preço. Assim, muito mais frequente do que raramente, as classes de transição tendem a ver com simpatia, quando não a apoiar, a repressão das lutas proletárias pelo Estado.

Não é difícil de perceber, portanto, que todos os assalariados são explorados pelo capital. Mas não da mesma maneira. À medida que os assalariados das classes de transição compartilham com a burguesia a riqueza que esta extrai do proletariado, sua luta é sempre pela manutenção do capitalismo, de preferência com seus salários aumentados. Isto, é claro, vale para o conjunto dos assalariados das classes de transição, sejam eles produtivos ou improdutivos de mais-valia.

5 Vimos, no texto sobre a aristocracia operária, como isso também é válido para a aristocracia operária.

A mais-valia cumpre, portanto, duas funções. A diferença entre elas é o fundamento da diferença entre os assalariados produtivos em geral e o proletariado. Ela sempre serve para a acumulação do capital. Todo trabalhador produtivo de mais-valia contribui imediatamente para a acumulação do capital. Essa a primeira função, a mais imediata e visível delas.

A segunda função é a produção de um novo capital, de uma riqueza antes inexistente. A produção do capital, claro está, é sempre também uma sua acumulação. Mas nem toda acumulação é a produção de um novo capital, de uma riqueza antes inexistente na sociedade. Apenas o proletariado produz o capital; os outros trabalhadores produtivos de mais-valia apenas acumulam o capital. Apenas o trabalho proletário amplia o “capital social total”.

Por isso, o proletariado – diferentemente dos assalariados produtivos das classes de transição – é a classe com potencial revolucionário: de suas mãos se origina a totalidade do capital.

6. Classes de transição

O lugar que as classes de transição ocupam na estrutura produtiva determina seu caráter de classe: como vivem da exploração do proletariado, aliam-se com a burguesia todas as vezes que a sociedade capitalista estiver ameaçada por uma revolução proletária. Nesses momentos, as classes de transição, em larga medida, aderem à contrarrevolução.

Contudo, um aumento dos salários das classes de transição pode significar uma diminuição da lucratividade do capital, e vice-versa. Abre-se, desta forma, um conflito permanente entre as classes de transição e a burguesia ao redor da divisão da riqueza que a burguesia expropria do proletariado. Aliadas dos capitalistas na manutenção do capital e, sempre que isto não estiver em jogo, em conflito permanente com a burguesia para ampliar seus salários: esse o conteúdo histórico das classes de transição nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

Por não serem classes fundamentais (como a burguesia e o proletariado), são incapazes de um projeto próprio, de classe. Apenas lhes resta a alternativa histórica real: manter ou revolucionar a sociedade burguesa. O conservadorismo e o reformismo são, por isso, elementos sempre presentes nas ideologias das classes de transição e refletem o fato de que, no antagonismo da burguesia com o proletariado, ficam com a primeira contra o segundo.

Por trás das ideologias das classes de transição há, portanto,

uma determinação histórica que brota da produção regida pelo capital. Esse é solo social de onde emanam as ideologias pequeno-burguesas. Elas são muitas e muito variadas, entre outras coisas porque são muito sensíveis às variações sociais e econômicas no interior das classes de transição. Algumas aparentam ser anticapitalistas; outras são abertamente conservadoras.

Apesar dessa ampla variedade, uma característica comum a todas elas é pregarem que não há diferença entre os assalariados das classes de transição e o proletariado. Haveria apenas duas classes sociais: a burguesia e os demais assalariados. Isso significa que o projeto da revolução proletária – o de superar a propriedade privada, de destruir o Estado, de deixar na lata do lixo da história as classes sociais e a família monogâmica – seria inviável pela simples razão da inexistência do proletariado. O possível seria a ampliação dos salários, a melhoria da distribuição de renda, o aperfeiçoamento da democracia – bem entendido, mantendo a exploração do proletariado.

Ao invés da revolução proletária, deveríamos agora lutar por “mais justiça, mais igualdade e mais democracia”. Trata-se, bem pesadas as coisas, de “mais” do mesmo que já temos. E o que temos é a igualdade e a justiça da exploração do proletariado e, claro, a democracia, que nada mais é que o capital elevado à ordem política.

Quantas vezes não escutamos que a democracia deve ser “aperfeiçoada”? Mas não há democracia sem exploração do proletariado. Trata-se, na verdade, de ampliar os salários das classes de transição pelo aperfeiçoamento da exploração do proletariado.

Essa a primeira característica ideológica importante das classes de transição: negam a diferença de classe entre o proletariado e os demais assalariados para justificar ideologicamente a impossibilidade da revolução proletária. Velada a diferença que brota da estrutura produtiva, a distinção de classe entre o reformismo e a ideologia revolucionária fica reduzida a mera diferença de opiniões políticas. Enquanto “apenas políticas”, as diferenças podem ser conversadas, negociadas – pode-se encontrar, pelo diálogo, um “campo comum”. Afinal, como diz a ideologia das classes de transição, “somos todos assalariados”. É evidente o quanto essa segunda característica foi importante, por exemplo, para o PT chegar ao poder.

A segunda característica relevante é que, ao negar a contradição entre o proletariado e as classes de transição, cumpre-se uma importante função auxiliar no controle do proletariado. Quando os autênticos burgueses têm dificuldades para se apresentar como representantes de toda a sociedade, não raras vezes recorre-se às classes de transição.

Como elas são assalariadas, seus ideólogos, mais facilmente do que os burgueses, podem se apresentar como representantes de “todos os trabalhadores”. Os proletários, ao verem um trabalhador assalariado⁶ no poder, são possuídos da esperança de que a vida vai melhorar sem ser preciso a superação do capital. Essa válvula de escape é fundamental para o capital evitar a eclosão da revolução quando esta se apresenta na história.

As classes de transição são o resultado inevitável no desenvolvimento das sociedades de classe. No capitalismo dos nossos dias, são, junto com a aristocracia operária, os aliados do grande capital contra a revolução proletária.

6 Ou mesmo um aristocrata operário: basta o exemplo de Lula, mas há muitos na história.

VII. Que é política?

A política é a força que a minoria da sociedade emprega para manter tudo como ela deseja, e não como a maioria precisa.

Como a minoria prevalece sobre a maioria? Se havia 746 escravos para cada senhor de escravo, em Roma, como essa minoria de um prevaleceu sobre a maioria de 746? Porque a minoria possui o poder econômico. E possui o poder econômico porque obriga a maioria a trabalhar e a produzir a riqueza para ela.

A minoria manda na sociedade porque possui o poder econômico. E possui o poder econômico porque a riqueza que os trabalhadores produzem fica com ela. É o trabalho da maioria que produz a riqueza, que é o poder econômico da minoria. O poder econômico produzido pela maioria é o que oprime a própria maioria.

No fundo, é a maioria que oprime a própria maioria.

Daqui a força da maioria para se livrar da opressão; daqui o medo dos dominantes da revolta da maioria. A minoria sabe que, contra os trabalhadores, não tem possibilidade de vitória.

Como é possível que, por tanto tempo, a maioria siga produzindo a força que oprime a própria maioria?

Pela política!

1. Opressão

Quando se trata de opressão, o número conta. Os dominantes,

sendo poucos, para manter oprimida a maioria contratam o auxílio de soldados, policiais, torturadores, tropas de choque, carcereiros, capangas, advogados, procuradores, juizes, políticos e burocratas. Esse conjunto de forças especializadas na aplicação da violência de todos os tipos contra os trabalhadores é o Estado.

O Estado é o instrumento de repressão que a classe dominante criou para oprimir os trabalhadores. A força do Estado é a força política; a luta pelo poder do Estado é a luta pela conquista do poder político; o uso no dia a dia da força do Estado é a política.

A política é a opressão realizada pelo Estado; é a força dos dominantes para manter os trabalhadores oprimidos.

2. Como se libertar da política?

Há verdades que são evidentes: o sol nasce a leste, a chuva cai das nuvens e as estrelas brilham no céu noturno. Só podemos nos libertar da política destruindo o Estado.

A luta contra o Estado é uma luta política. Contra a opressão pela política os revolucionários têm de organizar a força da maioria – militarmente, inclusive – para destruir o Estado. A organização da maioria em uma força capaz de retirar os dominantes do Estado é uma organização política. Sem os trabalhadores tomarem o poder, o Estado e a política jamais serão destruídos.

A organização dos trabalhadores contra a opressão dos dominantes é, portanto, uma organização política. A luta pela destruição do Estado é uma luta política.

Temos, assim, um duplo desafio. É imprescindível nos organizarmos politicamente para destruir o Estado.

Contudo, organizarmo-nos politicamente não basta; também é preciso que nossa organização política revolucionária não nos oprima no futuro, dando origem a uma nova classe dominante que nos venha oprimir.

O que, portanto, é a política?

A política é essa força bárbara que nos oprime e que vem do poder econômico dos dominantes. Contra a força, a razão não basta, é preciso força. Por isso temos de nos organizar politicamente para destruir o Estado e, com ele, a própria política.

VIII. Democracia e seu fundamento de classe

É muito frequente, quando há uma crise política, gritar-se a todos os pulmões que a democracia está em jogo. Supostamente, isto significaria que há uma ditadura em gestação que ameaçaria destruir a democracia. Democracia e ditadura, democracia e fascismo são, então, assumidos como formas excludentes, contraditórias, da organização política de um Estado. O que é democracia não pode ser nem ditadura nem fascismo, e vice-versa. Para o mal da ditadura, o remédio universal seria a democracia.

Esta concepção faz parte da ideologia dominante em uma sociedade burguesa, naquele sentido assinalado por Engels, de que as ideias dominantes em uma sociedade de classe tendem a ser as ideias da classe dominante. Ela brota - com uma necessidade cotidiana, espontânea - das próprias contradições geradas pela propriedade privada, pela exploração do homem pelo homem. No *Jornal Espaço Socialista* deste mês e do mês que vem tocaremos em temas que poderão ajudar a aprofundar essa discussão. Hoje, trataremos da democracia e, no próximo número, do Estado de Bem-Estar e do fascismo.

1. As origens da democracia

A democracia apareceu, na história da humanidade, apenas em dois períodos. O primeiro foi na Grécia Clássica, cerca de 500

anos antes de Cristo. O segundo momento tem início no século 19 e se estende até nossos dias: é o período do capitalismo maduro (alguns acrescentariam, “de padre”).

Fora disso, a democracia nem ao menos como tema de debate esteve presente. Trata-se, portanto, ou de uma questão muitíssimo antiga ou bem mais recente. Veremos que, entre elas – separadas por mais de dois mil anos –, além das naturais diferenças, há algumas semelhanças marcantes.

2. A Grécia e a democracia

Entre as cidades-Estado gregas, Atenas era bem especial. Suas condições geográficas impediam que se fizesse uma agricultura de cereais como no Egito ou na Mesopotâmia (meu caro leitor, pegue um mapa). Isso era importante, naquela época, porque todos os grandes impérios até então (Babilônia, Egito e Pérsia) tinham no trabalho escravo ou camponês na produção de cereais sua principal fonte de riqueza.

Sem agricultura, para sua classe dominante, restava o comércio. A expansão comercial, contudo, requeria uma expansão militar, o que gerava um grande problema. Como Atenas não podia fazer agricultura de cereais de larga escala, não tinha recursos para montar um exército gigantesco como, naqueles anos, podia fazer o Império Persa. Sua alternativa era um pequeno exército que fosse, em combate, mais eficiente do que o gigantesco exército persa. Quem assistiu ao filme “300” (de péssima qualidade, enquanto filme) pôde perceber a superioridade do exército grego nas Termópilas (ver o mapa, caro leitor): lutava como um conjunto articulado e organizado, disciplinado ao extremo, e seu desempenho militar era muito superior à desorganizadas e indisciplinadas hordas persas.

Para conseguir essa coesão e disciplina no campo de batalha, era preciso que cada soldado grego tivesse um interesse direto na vitória. Em poucas palavras, era preciso uma ordem social na qual a expansão militar trouxesse a possibilidade do enriquecimento da cada cidadão. Era preciso que os interesses do proprietário privado coincidisse com a expansão militar. Apenas nessas condições ter-se-ia um soldado disposto a morrer em combate para defender a cidade, pois ele sabia que isso era o mesmo que defender o enriquecimento de sua família.

Era preciso, então, um acordo político que garantisse a cada cidadão uma participação – não igualitária – na riqueza decorrente da

expansão militar e comercial. Esse acordo deveria englobar todos aqueles que pudessem ser soldados no campo de batalha: pequenos comerciantes, pequenos camponeses, artesãos, artistas, funcionários públicos etc. Esse acordo recebeu o nome de democracia ateniense. Era um acordo da classe dominante com seus aliados, tendo em vista a expansão militar e econômica com base na exploração do trabalho escravo. O acordo, portanto, dava mais poderes aos ricos que aos cidadãos menos ricos ou pobres; dele estavam excluídos mulheres, crianças e a maior parte da sociedade ateniense, os escravos.

A democracia ateniense, portanto, não apenas é compatível com a manutenção do escravismo e do patriarcalismo; estes são imprescindíveis para sua própria existência.

O caso da exclusão dos escravos merece alguma explicação.

Na produção escravista, o trabalhador escravo entra como instrumento de trabalho, como ferramenta, como meio de produção. Tal como um cavalo ou um boi, ele é apenas uma reserva de energia a ser empregada na produção. Tal como um cavalo ou um boi, ele trabalha sob o chicote e meramente executa ordens, não lhe cabendo decisão alguma sobre o quê e o como está sendo produzido. Esta é uma relação de produção que apenas pode se reproduzir equiparando-se o escravo a um animal, portanto, excluindo-o da humanidade.

Isto é uma decorrência não de ideias ou concepções atrasadas, mas uma consequência direta de como se organiza a produção com base no trabalho escravo. O escravo é uma propriedade do seu senhor, tal como o cavalo ou o boi; tal com um boi ou cavalo, cabe a ele gastar a sua energia física naquilo que o chicote de seu proprietário ordenar. Ele não estabelece, com a sociedade, uma relação enquanto ser humano, mas apenas enquanto um instrumento de produção: como uma enxada, um boi ou um cavalo, ele é comprado e vendido, é mantido vivo para trabalhar apenas na medida em que for lucrativo para seu proprietário.

Por isso, quando Aristóteles define o escravo como um “instrumento [de trabalho] que fala”, ele não está com preconceito contra os escravos, nem está falsificando a realidade em que viveu: está apenas elevando à teoria aquilo que de fato tem lugar no modo de produção escravista: o escravo não é parte da humanidade, mas um instrumento de produção e, por isso, não é um cidadão. Isso é muito importante e, por isso, insistimos: negar a cidadania ao escravo grego não era fruto de um preconceito de classe, um problema da esfera das ideias e concepções. Era fruto de uma relação de produção na qual a humanidade do escravo não tinha lugar e, portanto,

na qual o escravo não participava como ser humano, apenas como instrumento de produção.

A democracia ateniense era democrática – e escravista! Era democrática e patriarcal! A maioria das pessoas de Atenas estava democraticamente excluída da participação política. Na Grécia, democracia, privilégios e poder da maioria sobre a minoria; cidadania e exploração do homem pelo homem, liberdade e opressão das mulheres, eram coisas complementares, não excludentes.

3. A democracia dos nossos dias

Como, com o capitalismo, a reprodução do capital se dá pela extração da mais-valia, e, esta apenas⁷ pode ser produzida ao se produzir mercadorias com o trabalho assalariado; como o salário está também relacionado à quantidade de trabalhadores procurando emprego, o interesse do capital é que todas as pessoas possam vender sua força de trabalho no mercado. Quanto mais trabalhadores ofertando sua força de trabalho, melhor para o capital.

Contudo, o trabalhador apenas pode ser um vendedor de sua força de trabalho se for dela proprietário. Isso requereu que as relações de produção escravista e feudal fossem superadas, já que, nelas, a força de trabalho pertencia aos donos de escravos e aos senhores feudais. Libertos do feudalismo, todos são, então, declarados proprietários privados, quer de sua força de trabalho, quer do capital que venham a possuir. A *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, no momento mais radical da Revolução Francesa, declarou com todas as letras que os homens são, por sua natureza que lhes foi dada por Deus, racionais, livres e proprietários privados. Ser proprietário privado (quer de sua força de trabalho ou de seu capital) é parte da essência do ser humano.

Se todos são proprietários privados e todos são iguais e livres, então todos são cidadãos. O Estado e o governo devem tratar a todos igualmente e as leis devem servir a todos, indistintamente de suas qualidades pessoais ou das propriedades (força de trabalho ou capital) que venham a possuir.

Para que todos possam vender sua força de trabalho no mercado, é preciso que todos sejam proprietários dessa força de trabalho e,

⁷ Isto não é, rigorosamente, verdade: há formas de extração da mais-valia que não dependem diretamente do trabalho assalariado, mas esses são casos excepcionais que não alteram a regra geral.

portanto, que todos sejam participantes da comunidade com iguais direitos e deveres. Todos, agora, sem exceção, são cidadãos. Se, na Grécia, os interesses da classe dominante exigiam que o escravo fosse reconhecido como não humano, agora, com o capitalismo, os interesses da classe dominante requerem o oposto: todos devem ser, igualmente, cidadãos.

Há, por trás dessa igualdade da cidadania, outra igualdade, ainda mais profunda e que diz respeito à esfera da produção: a do trabalho abstrato.

4. Trabalho abstrato e cidadania

Para que a acumulação de capital possa se desenvolver é, portanto, imprescindível que tudo que se produz na sociedade tenha a forma de mercadorias. Pois a mercadoria tem uma propriedade essencial ao capitalismo: ela é portadora da mais-valia.

Para que o lucro do capitalista seja o maior possível, e a taxa de mais-valia seja a mais elevada possível, é imprescindível que o capitalista possa comprar apenas e tão somente a força de trabalho, e não a totalidade do indivíduo: o trabalhador. É preciso dissociar a força de trabalho da pessoa do trabalhador, abstrair da força de trabalho o indivíduo real, concreto, de carne e osso, que é o trabalhador.

Isso hoje pode parecer normal e simples. No escravismo e no feudalismo, entretanto, era preciso ter a posse do trabalhador como um todo para que se pudesse explorar a sua força de trabalho. A pessoa do escravo é propriedade do seu senhor enquanto uma totalidade: cabe ao seu dono custear suas condições mínimas de vida. O servo, com algumas modificações, conhece algo semelhante. Explorado pelo senhor feudal, ele tem o direito de tirar do feudo o que precisa para sobreviver.

No capitalismo, essas coisas são separadas: a força de trabalho tem o seu valor estimado pelo tempo socialmente necessário para produzi-la. Se o operário fosse propriedade do patrão, este teria de mantê-lo alimentado, saudável e trabalhando, para que desse lucro. Quando o capitalista apenas compra a sua força de trabalho, não é um problema do patrão se o trabalhador adoecer porque vive e se alimenta mal, mora em péssimas condições e é submetido a condições desumanas de trabalho.

Somos todos assalariados, e não escravos ou servos, porque o trabalho assalariado possibilita a maior taxa de lucro para o

capital. Imediatamente, porque desobriga o patrão de manter seu trabalhador; em segundo lugar, porque converte toda a produção em produção de mercadorias – o que, como mencionamos acima, é fundamental para a acumulação do capital, já que apenas a mercadoria é portadora da mais-valia.

A pessoa concreta do trabalhador, ou seja, o que ele é enquanto pessoa real, que vive no dia a dia da sociedade, é dissociada da força de trabalho.

Essa dissociação é, de fato, impossível. A força de trabalho não é uma entidade que anda com suas próprias pernas e que se põe a trabalhar por si própria. Ela é sempre a capacidade de produzir de um indivíduo. As relações de produção capitalista, contudo, operam esse “milagre”: convertem em mercadoria a força de trabalho do indivíduo. Este tem de vender essa força de trabalho para um capitalista, a fim de sobreviver; ao fazê-lo, vende parte de si próprio ao capitalista, como se o trabalhador, de fato, fosse constituído de partes distintas que pudessem ser separadamente vendidas.

O trabalho abstrato é isto: a força de trabalho da qual é “abstraída” o indivíduo que é seu portador. O trabalho abstrato – e sua forma tão típica que é quase universal, o trabalho assalariado – faz parte da essência do modo de produção capitalista.

Pois bem, o trabalho abstrato é o fundamento da democracia de nossos dias.

Se, na produção, a pessoa do trabalhador é abstraída para que apenas adentre a sua força de trabalho, na política ocorrerá algo parecido. A pessoa concreta do trabalhador também não fará parte da cidadania. O pressuposto da cidadania é que todos nascem iguais, livres, racionais e... proprietários privados! Todos agora são “iguais perante a lei”. Se, na vida real, o capitalista é um proprietário privado com poderes e privilégios que lhe permitem explorar os trabalhadores e proletários, isso não é problema da cidadania nem da política (e, por extensão, nem do Estado). Se, na concorrência do mercado, os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, isso em nada altera a igualdade cidadã do mais miserável com o maior bilionário.

Sendo muito breve: no mundo das nuvens da cidadania, não há classes sociais. No mundo real da vida cotidiana, o mercado rege a relação da burguesia com o proletariado. Este produz a riqueza que aquela irá acumular. O mercado se libertou do controle que o Estado absolutista, aquele de antes da Revolução Francesa (1789-1815), exercia sobre ele. Livre o mercado, ainda mais livre o capital para explorar os trabalhadores. Para isso, da pessoa concreta do trabalhador conta

apenas a sua força de trabalho. De modo semelhante, na esfera da política e do Estado, a pessoa concreta também desaparece numa abstração: a cidadania.

O cidadão é uma abstração da pessoa real na esfera do Direito e da política (do Estado), tal como a força de trabalho é uma abstração da pessoa real do trabalhador. Por isso a cidadania não possui contradição alguma com a exploração do trabalhador pelo capital e, por isso, são igualmente cidadãos o proletário e o capitalista. Trata-se, no fundo, da mesma abstração das pessoas concretas, reais, apenas em esferas diferentes: na produção e na política. E essa desconsideração tem um fundamento de classe insuperável: é burguesa.

5. Democracia e capital

A democracia contemporânea é a ordem política que corresponde ao capitalismo, tal como a democracia ateniense era a ordem política correspondente à economia escravista. Em Atenas, os escravos estavam excluídos da democracia porque produziam a riqueza social enquanto como meios de produção. A democracia ateniense não era menos democrática por este fato, antes, pelo contrário, era democrática exatamente porque reservava a igualdade para uma parcela pequena da sociedade.

No capitalismo, todos são elevados a cidadãos. O capital requer que todos ofereçam a força de trabalho como uma mercadoria; mas tanto na política e no Direito, quanto na produção, o que realmente se é não tem lugar. Se, em Atenas, os escravos eram excluídos, agora o que é excluída é a pessoa de cada um. O Estado trata a todos como se fossem, de fato, a abstração que é a cidadania.

6. A liberdade e a igualdade

A principal virtude da democracia, se diz, é a liberdade e a igualdade. Se comparado com o Absolutismo de direito divino destruído pela Revolução Francesa, o avanço possibilitado pela democracia não é pequeno. Contudo, isto ainda é pouco ante o que podemos conquistar.

A igualdade entre cidadãos é a igualdade entre proprietários privados. O cidadão capitalista é proprietário do capital, e o cidadão proletário, de sua força de trabalho. Enquanto proprietários privados, eles estabelecem uma concorrência entre si, de tal modo que

todos disputam com todos, capitalistas e trabalhadores. Essa concorrência universal é o limite máximo da liberdade e da igualdade democráticas: a força de trabalho é um produto que o mercado torna tão homogêneo para o capital quanto a cidadania homogeneiza os indivíduos no Estado.

O que caracteriza a democracia é esse patamar de liberdade imprescindível para o capital explorar os trabalhadores. Patamar que apenas pode ser conquistado pela conversão de todos os indivíduos em proprietários privados e, portanto, em cidadãos.

O que diferencia, de fato, a democracia ateniense da democracia de nossos dias é a extensão da cidadania a todos os membros da sociedade. Em Atenas, os escravos entravam na produção como instrumentos de trabalho. Por não serem humanos na produção, não eram cidadãos na ordem política.

No capitalismo, a necessidade de que todos sejam proprietários privados para que todos possam vender sua força de trabalho ao capital faz, de todos, cidadãos. Pela máxima oferta da força de trabalho, os burgueses obtêm o menor salário – portanto, todos devem ser cidadãos. Mas, da cidadania está excluída o que os indivíduos de fato são; ela é apenas uma abstração que torna ficticiamente iguais a todos os indivíduos, deixando o poder real do burguês sobre os trabalhadores livre para produzir a miséria e a riqueza que conhecemos.

7. Para o que a democracia não serve

Já vimos que a democracia serve para o capital explorar os trabalhadores e proletários. Para o que, contudo, ela não serve?

Vejamos o que ocorre em nossos dias. A maior democracia do planeta, a estadunidense, é também a responsável por manter o maior e mais bárbaro centro de tortura que a humanidade já conheceu: Guantánamo, em Cuba. Lá, os prisioneiros políticos não têm direito algum, pois lá não vigora nem as leis de Cuba, visto que a base militar é estadunidense, nem as leis dos Estados Unidos, já que a base está em Cuba. Os prisioneiros ficam anos sem nenhuma assistência jurídica de qualquer ordem, submetidos a processos bárbaros de tortura que perduram por anos a fio. Nunca a humanidade conheceu uma barbárie como esta. E Guantánamo é obra da democracia.

Esta relação da democracia com a violação dos direitos humanos não é nova. Desde que surgiu, sempre que foi necessário ao capital, os governos democráticos cometeram atrocidades. No início dos anos de 1960, o governo francês assassinou a tiros e jogou no rio

Sena (seus corpos atravessaram, boiando, Paris) mais de duzentos estudantes que protestavam contra a Guerra da Argélia. O Estado democrático da Alemanha assassinou a sangue frio os militantes do grupo Baader-Meinhof. Hoje, em toda delegacia dos EUA nos bairros periféricos, há uma salina para choques elétricos e afogamentos.

A relação da democracia com políticas econômicas que favoreçam o capital, ao ampliar a extração da mais-valia, é tão evidente que nem é preciso que casos sejam citados. Basta dizer que nenhum governo ou Estado democrático jamais realizou o milagre de distribuir renda para a redução da exploração dos trabalhadores (e não há outra forma de distribuir, realmente, a renda).

Como a democracia é o capital elevado à ordem política, ela não serve como instrumento para se contrapor ao capital. Ela não serve como instrumento de defesa dos trabalhadores contra a miséria burguesa. Ela não é, como diz um livro infantil recém-publicado pela Boitempo, um “jogo” em que há regras para garantir o direito de todos. A democracia é a ordem política que serve à reprodução do capital; cidadania e trabalho abstrato são irmãos siameses.

Assim, a depender das necessidades momentâneas da reprodução do capital, ela pode ser mais ou menos violenta, mais ou menos autoritária. A sua forma jurídica sofre alterações sempre que a reprodução do capital assim o exigir: o que não se altera é que em todas essas modificações o que se mantém é a cidadania e o trabalho abstrato. Porque, ao fim e ao cabo, o Estado democrático nada mais é que o instrumento especial de repressão desenvolvido pela burguesia para explorar os trabalhadores.

A obra da revolução proletária é a destruição da democracia e sua substituição por uma forma superior de liberdade, o comunismo de Marx e Engels. “Desenvolver” e “aprofundar” a democracia nada mais significa que desenvolver e aprofundar o domínio do capital sobre os trabalhadores e proletários.

Por isso, o remédio universal contra a ditadura não é a democracia, mas a revolução proletária.

IX. A ditadura do proletariado

Para Marx e Engels, a ditadura do proletariado é uma decorrência da própria dinâmica revolucionária, não uma questão de princípio, como é a superação da propriedade privada, do Estado e da família monogâmica (patriarcalismo).

A Revolução Francesa (1789-1815) e a Comuna de Paris (1871) eram os dois exemplos históricos que Marx e Engels tinham para pensar a questão da transição do capitalismo ao comunismo. Os outros levantes revolucionários que conheceram, incluindo as Revoluções de 1848, não chegaram ao ponto da tomada de poder pelos revolucionários (burgueses, como no caso da Revolução Francesa, ou dos trabalhadores, como quando da Comuna).

Na Revolução Francesa, a queda da Bastilha abriu a primeira grande fase da revolução. Ao longo de pouco mais de três anos, os camponeses realizaram uma reforma agrária negra, isto é, sem ser “por meio do Estado” (Marx, *Da questão judaica*), mas pela iniciativa revolucionária das massas camponesas, destruindo o fundamental da base econômica do que restava de feudalismo na França. Nas cidades, a crise econômica e política forçou a constituição de dois grandes campos. De um lado, *grosso modo*, o Rei, a nobreza, parte importante da burguesia e da burocracia estatal aliam-se com a Inglaterra e com as potências europeias, ainda “feudais”, para conter o ímpeto revolucionário das massas e manter os privilégios dos proprietários e rentistas. De outro lado, os camponeses, os assalariados dos mais variados tipos, os artesãos, os pequenos comerciantes e pe-

queno-burgueses se unificaram ao redor de um programa que propunha um forte controle da economia pelo Estado, de modo a propiciar uma distribuição de renda e, ainda, a formar um poderoso exército para derrotar a contrarrevolução no interior da França e, também, na Europa. O grande partido do primeiro campo era o dos girondinos; o grande, do segundo, era o dos jacobinos (Robespierre, Marat, Danton e Herbert eram os líderes).

Os girondinos e os partidários do Rei não derrotaram a revolução graças à ação decisiva dos jacobinos. Depois de uma inacreditável vitória na Batalha de Valmy, os trabalhadores, liderados pelos jacobinos, guilhotinaram a família real, criaram o Comitê de Salvação Pública, impuseram um tabelamento de preços para impedir a especulação com os alimentos e produtos de primeira necessidade, implantaram um salário mínimo e combateram sem trégua a contrarrevolução. Para realizar tudo isso, instituíram a Convenção, uma assembleia democrática, eleita pela base, que deliberava por maioria simples sobre todas as questões.

Esse foi o período em que as classes proprietárias mais temeram a força dos “de baixo” e em que a população explorada teve as melhores condições para enfrentar os poderosos. Não por acaso, esse período é conhecido, na historiografia, como o Terror. Foi o Terror das classes dominantes, mas o período de maior liberdade e maior força dos explorados no confronto com os poderosos.

A inexistência de uma classe proletária (a industrialização ainda dava seus primeiríssimos passos na França) fez com que os jacobinos não tivessem a força histórica para continuar avançando a revolução através da destruição das forças contrarrevolucionárias. Foram, então, derrotados em 1795, e os poderosos se restabeleceram, até que, com Napoleão Bonaparte, a partir de 1799, a burguesia consolidou seu poder.

Guardem na memória o exemplo dos jacobinos e da Convenção, e vamos à Comuna de Paris.

A Comuna ocorreu numa situação histórica muito distinta. Vários países europeus já estavam industrializados, a França inclusive. Com a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana (1871) e impulsionados pela crise econômica, os trabalhadores em Paris se levantaram e tomaram o poder. Organizaram um novo governo, a Comuna, para resistir à contrarrevolução das classes proprietárias francesas, agora apoiadas pelo Estado prussiano.

A Comuna se caracterizou por uma forte repressão política e militar aos seus inimigos, realizada por um Estado com características antes nunca vistas. Os representantes da população, que se reuniam

numa assembleia denominada Comuna, eram eleitos por suas bases e removíveis a qualquer instante. Não havia divisão entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário: as decisões eram tomadas pela Comuna e ela própria nomeava os encarregados pela aplicação das decisões. Nenhum representante eleito recebia mais do que o salário de um trabalhador e deveria haver rotatividade. O exército e a polícia foram substituídos pelas milícias - a população em armas.

Foi, sem dúvida, o Estado mais democrático e em que os trabalhadores tiveram mais liberdade e, com mais sucesso, puderam se contrapor aos burgueses - de toda a história da humanidade até então. Nunca, até a Comuna, houvera outro Estado que representasse tão integralmente os interesses dos explorados. E, por isso mesmo, foi violento e inclemente com seus inimigos de classe.

1. O que um caso tem a ver com o outro?

Em ambos os casos, a maior liberdade dos explorados contra seus exploradores apenas foi possível pela repressão mais dura das classes proprietárias.

Isso, se pensarmos bem, não é qualquer contradição: a maior liberdade da burguesia apenas é possível numa situação histórica em que os trabalhadores são mantidos “disciplinados” pela repressão mais efetiva. E o oposto também é correto: os trabalhadores apenas podem aumentar sua liberdade pela repressão aos burgueses. Com uma nova e decisiva qualidade: é uma violência que impõe os interesses da maioria sobre a minoritária porção parasitária da sociedade, e não o oposto, como é regra nas sociedades de classe.

Numa sociedade de classes, o domínio de uma classe é sua liberdade possível e implica a opressão da outra classe. Quando os dominantes estão no poder, são os trabalhadores o alvo da violência; quanto estes tomam o poder, são os poderosos os oprimidos.

O Terror jacobino foi o máximo de liberdade que os trabalhadores tiveram no contexto da Revolução Francesa; a Comuna, o máximo de liberdade que os trabalhadores jamais tiveram na França burguesa. A condição primeira para a existência desta liberdade foi o confronto implacável com os seus inimigos de classe: o Terror jacobino e a repressão pela Comuna dos burgueses e seus aliados.

Esta é ainda uma liberdade muito limitada, pois é uma liberdade de uma classe contra a de outra. É uma liberdade que se afirma na luta contra uma parte da humanidade e que, também por isso, apenas pode ocorrer por “meio do Estado” (Marx, *A questão judaica*).

A verdadeira liberdade vem com a superação da sociedade de classes pelo comunismo, no qual o desenvolvimento de cada indivíduo é condição indispensável para o desenvolvimento de toda a humanidade e a liberdade de cada um é imprescindível à liberdade de todos. Para Marx e Engels, a liberdade efetiva requer a superação da própria ditadura do proletariado pela destruição das classes.

O comunismo pressupõe a superação do Estado, e não um Estado revolucionário. Este é apenas uma etapa de transição, necessariamente breve, fugaz e efêmera. Esta forma transitória de poder político revolucionário é a ditadura do proletariado.

2. A ditadura do proletariado

A ditadura do proletariado é apenas a sistematização da experiência histórica. Tomar o poder político, apenas, não é suficiente; é preciso, em seguida, derrotar a contrarrevolução pela dura, implacável repressão das classes proprietárias. O que requer um Estado que seja a constituição em poder político do poder nas ruas da maioria dos explorados contra os exploradores: liberdade para os trabalhadores empregarem a totalidade de sua potência histórica contra os opressores.

Marx e Engels tiraram das experiências revolucionárias que conheceram a constatação de que, se não houver, na sequência da tomada do poder pelo proletariado, um Estado que sirva de instrumento de opressão das antigas classes dominantes e de libertação dos proletários e trabalhadores, a contrarrevolução inevitavelmente retornará ao poder e enterrará a tentativa revolucionária. Daí a conclusão de que sem uma ditadura do proletariado não haveria transição possível ao comunismo (uma sociedade sem classes, sem Estado, sem família monogâmica e sem exploração do homem pelo homem).

Por que *ditadura* do proletariado? Porque, na teoria revolucionária, não há lugar para hipocrisias. É a ditadura da maioria sobre a minoria, o terror das classes dominantes que é a liberdade dos oprimidos. Por isso *ditadura*. Por que ditadura do *proletariado*? Porque a classe revolucionária é o proletariado, e não os assalariados em geral, os trabalhadores em geral (como já vimos no *Jornal Espaço Socialista* n° 77).

Originalmente, portanto, a ditadura do proletariado tinha um sentido e um conteúdo bem precisos. Era a organização do proletariado em classe dominante, um Estado, portanto, com a finalidade de reprimir e destruir as forças contrarrevolucionárias e, desta forma,

avançar na destruição das classes sociais, da exploração do homem pelo homem, da família monogâmica e, portanto, para a superação do próprio Estado. Marx define a ditadura do proletariado como um Estado em processo de desaparecimento: apenas serve para organizar a derrota das tentativas de retorno ao poder dos exploradores. Não tem outra serventia e, por isso, deverá desaparecer com a vitória completa dos proletários e seus aliados sobre a contrarrevolução.

3. O imprescindível à transição: o trabalho associado

De modo similar a como a derrota da velha nobreza francesa teve lugar com a destruição de sua base econômica, a antiga propriedade feudal, pela reforma agrária negra do início da Revolução Francesa, a burguesia apenas será derrotada se sua base econômica, o trabalho assalariado, o trabalho abstrato, for também destruída.

Esta superação apenas é possível por uma estrutura produtiva verdadeiramente livre, na qual ninguém seja explorado e ninguém trabalhe oprimido: todos decidirão coletivamente, consciente e livremente o que e como produzirão. Os próprios trabalhadores organizarão a produção: em assembleias locais, regionais e internacionais (a divisão da humanidade em países será coisa do passado), articularão a produção de cada unidade produtiva singular à totalidade da economia do planeta e estabelecerão as condições mais humanas possíveis para o trabalho. Colocarão, no lugar do trabalho proletário, o trabalho associado.

O trabalho associado é a forma do trabalho em que os seres humanos (coletivamente, consciente e livremente, repetidamente) decidem o que e como produzir, como organizarão a jornada de trabalho e como será feita a distribuição do produzido. Os inúmeros problemas práticos que irão surgir serão resolvidos um a um, na medida em que forem surgindo, tendo em vista 1) que a forte redução da jornada de trabalho criará novas possibilidades para resolver questões desta ordem e 2) que reorganizar a produção nesse sentido fará parte integrante da luta contra a contrarrevolução. Trabalhar menos e derrotar as velhas classes dominantes fazem parte de um mesmo e único processo. O ímpeto revolucionário das massas e dos proletários abrirá, então, novas possibilidades para o encaminhamento prático das questões que hoje, no horizonte burguês, parecem impossíveis de ser enfrentadas.

A primeira consequência prática desta nova organização, *já no dia seguinte à tomada do poder*, é a redução da jornada de trabalho.

A transição ao trabalho associado, contudo, apenas pode ocorrer numa situação de abundância. Esta, no modo de produção capitalista (ver *Jornal Espaço Socialista* n° 87), significa o desemprego, as crises cíclicas do passado e, em nossos dias, a crise estrutural. Sem a abundância, essa transição nem sequer pode se iniciar. É ela, a abundância, a base histórica imprescindível para que a ditadura do proletariado possa resultar na superação do capitalismo mediante a substituição do trabalho proletário pelo trabalho associado.

4. As revoluções e a ditadura do proletariado

Todas as revoluções no século vinte foram derrotadas no preciso sentido de que não levaram a transição para além do capital (*Jornal Espaço Socialista* n° 79). Depois de Mészáros, sabemos a razão fundamental dessas derrotas. As revoluções se restringiram aos países mais atrasados e não se generalizaram por todo o planeta porque a crise estrutural ainda não havia se iniciado. Ao se restringirem aos países em que não havia abundância, a ditadura do proletariado se converteu, nesses processos revolucionários, não em um processo de superação do trabalho assalariado, mas justamente no seu oposto, isto é, na substituição das formas pré-capitalistas de trabalho pelo assalariamento geral de todos os trabalhadores.

Olhando hoje, de frente para trás, isso era historicamente inevitável.

As revoluções do século vinte romperam com o atraso ao eliminar as velhas classes proprietárias e impor a generalização do trabalho assalariado. Que isso tenha sido feito “através do Estado” (Marx, *A questão judaica*) é apenas consequência de as revoluções ocorrerem em países atrasados, nos quais não havia abundância: é expressão do atraso em que se encontravam estes países.

Do ponto de vista prático-imediato, uma vez tomado o poder, os revolucionários tiveram como tarefa essencial intensificar a jornada de trabalho, quer pelo aumento das horas trabalhadas, quer pelo aumento da intensidade do trabalho. A carência absoluta tornava necessário que cada trabalhador produzisse mais e mais. Fazer os trabalhadores trabalharem mais horas e mais intensamente, partindo de uma base econômica pré-capitalista ou capitalista atrasada, apenas é possível pela imposição do trabalho assalariado, não pela sua superação pelo trabalho associado.

Fundamentalmente devido a isso, a ditadura do proletariado se converteu, nas revoluções do século vinte, não numa imprescindível

dível, porém provisória, organização de um Estado de transição à liberdade, mas numa organização permanente de um novo Estado com a função de substituir o trabalho pré-assalariado pelo trabalho assalariado. Como, hoje, do trabalho assalariado apenas pode emergir o capital, temos aqui o resultado final da ditadura do proletariado nestes processos revolucionários: serviram para integrar esses países ao sistema mundial do capital.

5. O equívoco

Do fato de as ditaduras do proletariado nas revoluções do século vinte terem conduzido à opressão pelo capital, deduz-se apressadamente que o problema desses processos revolucionários estaria na ditadura do proletariado. Daí é apenas meio instante para se deduzir que a “proposta de Marx” de uma ditadura do proletariado apenas pode conduzir ao stalinismo ou, a depender do autor, ao totalitarismo. Stálin se converte, por esse raciocínio lógico, contudo rigorosamente falso, na plena realização da proposta revolucionária de Marx e Engels. E, ironia da história, sobre isso concordam os contrarrevolucionários mais radicais e os stalinistas mais autênticos: a ex-URSS seria o “socialismo real”.

Nesta identificação da ditadura do proletariado pensada por Marx e Engels com o stalinismo, há dois equívocos fundamentais (além de vários secundários, a maior parte deles de cunho metodológico, de que não trataremos aqui). O primeiro: a necessidade de um poder estatal revolucionário para derrotar a contrarrevolução não é uma “proposta” de Marx e Engels, mas uma decorrência do fato de que a tomada do poder pelos revolucionários não é, ainda, o desaparecimento das classes proprietárias. A tomada do poder é imprescindível para se superar o trabalho proletário, mas não é sua superação imediata e direta. É isso que torna imprescindível a ditadura do proletariado (ou, ao menos, foi assim em todas as revoluções até hoje). A ditadura do proletariado é uma etapa que surge em todo processo revolucionário que avança ao ponto de os revolucionários tomarem o poder. E isso ocorre independentemente das nossas vontades, projetos ou “propostas”; faz parte das dinâmicas de todas as revoluções até hoje.

O segundo equívoco: as revoluções no século vinte não abriram a transição ao socialismo e ao comunismo porque não tinham condições históricas para tanto. Não podiam iniciar a transição ao trabalho associado porque precisavam ampliar a exploração do tra-

balho ao invés de superá-la: a situação de carência impunha ferreamente esta condição. Sem a abundância dos países mais desenvolvidos, os países mais atrasados não puderam sequer iniciar a transição para além do capital e, sem a crise estrutural, as revoluções terminaram isoladas em países pré-capitalistas. Nestes, a tarefa histórica era o desenvolvimento das forças produtivas e, nos marcos nacionais - isolados dos países que vivem na abundância -, esta tarefa apenas é possível pela implantação do trabalho proletário, e não pela sua superação.

Tomar a ditadura do proletariado como uma “proposta” de Marx e Engels e convertê-la na causa fundamental das derrotas revolucionárias no século vinte é um erro idealista, pois substitui a história por um raciocínio que é falso, apesar de lógico.

6. Abaixo a ditadura do proletariado, viva a democracia proletária!

Essa palavra de ordem, com grande receptividade mesmo na esquerda, tem apenas um sentido real. Que, após a tomada do poder, os revolucionários não devem organizar um poder centralizado e forte o suficiente para derrotar, pela força das armas, a contrarrevolução. Na boca dos liberais burgueses e pequeno-burgueses, nos lábios dos contrarrevolucionários, isso faz todo sentido. Mas, como discurso dos revolucionários, não vai além de um contrassenso. Não se estando disposto a derrotar até o final os setores parasitários da sociedade, para que se fazer uma revolução?

A ditadura do proletariado é uma decorrência necessária da desigualdade e da contraditoriedade de toda revolução até nossos dias. A tomada do poder pelos revolucionários não é, imediatamente, a derrota final das classes dominantes. Daí a necessidade da ditadura do proletariado. E, também daí, que a ditadura do proletariado apenas pode ser uma etapa transitória ao comunismo.

Neste período, a “democracia proletária” ou tem a forma e o conteúdo da ditadura do proletariado sobre os burgueses e seus aliados ou não poderá existir. A liberdade dos oprimidos, a “democracia” para os explorados é, necessariamente, a ditadura da maioria sobre a minoria, o exercício da implacável potência histórica do proletariado na destruição dos capitalistas. A ditadura do proletariado, no dia seguinte à tomada do poder pelos revolucionários, é a realização histórica, a única possível, da “democracia proletária”. Opor ditadura e democracia é apenas um equívoco de fundo liberal (ver *Jornal Espaço*

Socialista nº 92). Propor como bandeira revolucionária a palavra de ordem “abaixo a ditadura do proletariado” é um grande equívoco que apenas auxilia a burguesia e seus ideólogos, independentemente da vontade e das intenções das pessoas.

A principal corrente política e ideológica, no campo da esquerda, que adota esta palavra de ordem é a dos autonomistas. Seu ponto de partida fundamental é o cenário russo pós-1917. Mas isso já é assunto para o próximo jornal.

Leituras recomendadas

Imprescindível, de Marx, são *As lutas de classe na França* e a *Crítica aos Programas de Gotha e de Effurt*. De Lenin, *O Estado e a revolução* continua de grande importância, em que pese seu silêncio sobre o trabalho associado. Ivo Tonet e eu travamos um debate sobre a questão, publicado na *Revista Novos Temas* em dois artigos, “Trabalho associado e revolução proletária” e “Lukács, momento predominante e transição ao comunismo”, que podem ser baixados em nossos *sites*. Para um bom exemplo da crítica burguesa à ditadura do proletariado, mas com uma roupagem de esquerda, ver de Claude Leffort *A invenção democrática* e a Introdução a este texto, de autoria de Marilena Chauí. Para os dados históricos, A. Soboul, *A revolução francesa*, e Ligarassay, *História da Comuna de 1871*.

X. O que é socialismo?

1. Duas dificuldades

A resposta a essa questão enfrenta dois problemas. O primeiro se relaciona ao fato de que o desenvolvimento da humanidade, com frequência, cria possibilidades novas, que fazem com que a imaginação do que seria o seu futuro seja, quase sempre, uma tarefa inútil. Marx e Engels recusaram todo futurologismo, isto é, dizer como seria uma sociedade em que não houvesse a exploração do homem pelo homem. Esta a primeira dificuldade: não é possível afirmar com precisão aquilo que os seres humanos poderão fazer no futuro.

A segunda dificuldade diz respeito ao próprio socialismo.

Escravidão, feudalismo e capitalismo, nós sabemos o que são. São as formas de organização social que se baseiam nas formas típicas do trabalho explorado (do trabalho alienado). O trabalho escravo é a base do modo de produção escravista, o trabalho do servo é o alicerce do feudalismo, e o trabalho proletário, do capitalismo.⁸

Comunismo – ainda que nunca o tenhamos conhecido – também tem uma definição clara, precisa: é o modo de produção que tem por base o trabalho associado (ou seja, não alienado, não explorado).

8 Como vimos em “As classes sociais”, é dessas formas de trabalho que brotam as diferentes classes sociais e são essas formas de trabalho que determinam a essência de cada modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem.

Por não ter por base a exploração do homem pelo homem, o comunismo será uma forma de organização social sem Estado, propriedade privada, classes sociais ou família monogâmica.

Socialismo, contudo, é algo diferente. O socialismo é a etapa histórica de transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção comunista. Suas características dependerão, portanto, de onde se iniciar a transição. Numa sociedade mais desenvolvida, as tarefas imediatas da transição serão muito diferentes das de uma sociedade mais atrasada. A depender do patamar do desenvolvimento das forças produtivas, a humanidade pode ter problemas, desafios e possibilidades muito diferentes para a transição do capitalismo ao comunismo.

Por isso, ao contrário do capitalismo, do feudalismo, do escravismo e do comunismo, o socialismo só pode ser definido como uma transição. Diferentemente do capitalismo, que tem em sua base o trabalho proletário, do feudalismo, que se alicerça no trabalho servil, do modo de produção escravista, que se baseia no trabalho escravo, o socialismo é a passagem do trabalho proletário ao trabalho associado, da sociedade capitalista à sociedade comunista. Não há um modo específico de trabalho (como o trabalho escravo, o proletário etc.) que seja a base do socialismo. Nesse preciso sentido, o socialismo não é um modo de produção, senão a passagem do modo de produção capitalista ao modo de produção comunista.

Dentro de limites - portanto, sem futurologismo e sem perder de vista o seu caráter passageiro, transitório -, é possível dar uma resposta à questão sobre o que é o socialismo.

2. A resposta

Marx e Engels conheceram apenas uma experiência revolucionária que deu os primeiros passos dessa transição: a Comuna de Paris, de 1871. Os trabalhadores formaram, por 73 dias, um governo próprio - e a forma dessa organização serviu para as primeiras análises sobre a transição. Nós conhecemos, no século vinte, várias experiências revolucionárias (Revolução Russa, Revolução Chinesa, Guerra Civil Espanhola etc.), que também, cada uma a seu modo, com suas diferenças, servem de exemplos para nosso estudo. Os processos revolucionários e os primeiros momentos da consolidação do novo poder fornecem indícios interessantes para responder à questão sobre o socialismo, já que alguns elementos estiveram sempre presentes:

1) a tomada do poder pelos trabalhadores tem sido, sempre, o resultado de uma intensa luta contra os exploradores. Nessa luta, as forças armadas, a polícia, o Estado, a burocracia e todos os instrumentos que servem para manter os trabalhadores explorados pelos capitalistas, começam a se dissolver, até desaparecerem quase completamente. No interior das fábricas e das fazendas, proletários e camponeses tomam o poder e começam a organizar, eles próprios, a produção. A dissolução do velho poder é causada pela pressão das massas revolucionárias, pelos embates e pela violência inerente a todas as revoluções.

No ano de 1917, na Rússia, o exército e a política, a burocracia estatal e o governo foram perdendo forças e sendo substituídos pela auto-organização dos trabalhadores e soldados. Eles criaram uma nova forma de organização do poder militar e político, o *soviet* (conselho). O *soviet* era muito parecido a como, na Comuna de Paris quase cinquenta anos antes, os trabalhadores organizaram seu auto-governo.

A mais visível característica do socialismo é a destruição do velho Estado da classe dominante, a dissolução de todos os instrumentos que serviam para dominar os trabalhadores e sua substituição por uma nova forma de poder.

2) a nova forma de governo é a auto-organização dos trabalhadores. Para dar conta das tarefas de transição ao comunismo, nas experiências que conhecemos, essa nova forma sempre assumiu algumas características, como:

- termina a separação entre o Legislativo e o Executivo, típica dos governos burgueses. Agora, o mesmo corpo que toma as decisões também as leva à prática e os acertos e os erros podem ser rapidamente aproveitados ou corrigidos, conforme o caso.

- os representantes dos trabalhadores são, mesmo, “representantes”. Ou seja, são eleitos para cumprir determinadas tarefas por um período limitado de tempo e, se não corresponderem aos que representam ou se não forem capazes de cumprir as tarefas, podem ser substituídos por um novo representante também indicado pela base – autonomamente, sem autorização ou controle de qualquer instância que seja.

- os representantes não podem ser sempre os mesmos, há rotatividade.

- o salário de um representante é o mesmo que o de um trabalhador.

3) a repressão social fica a cargo dos trabalhadores em armas. Não haverá mais um exército profissional, policiais, carcereiros etc.; os próprios trabalhadores, em armas, organizarão as formas que ainda forem necessárias de repressão. Sendo um governo e uma força pública armada dos trabalhadores, a repressão será contra as forças da contrarrevolução, e não sobre os trabalhadores. Milícia, no dizer da Comuna de Paris, não mais um exército e polícia, como é na ordem burguesa.

4) Um governo formado por representantes (que podem ser removidos a qualquer momento pela base) dos trabalhadores, uma milícia composta pelos trabalhadores em armas, são iniciativas que se articulam com a organização da vida social em novas bases. Como será organizada a produção em cada fábrica, em cada cidade, ou como será organizada a educação em cada bairro, como serão criadas as crianças menores, como será o abastecimento de água, energia elétrica etc. são questões, entre muitas outras, a ser decididas pelas pessoas e comunidades diretamente envolvidas. A autonomia dos indivíduos e a autonomia das comunidades locais são as condições para a cooperação voluntária e consciente de todos os indivíduos que compõem a humanidade.

3. O trabalho associado

Todavia, essas profundas e importantes inovações que a revolução traz para a organização política e social não são suficientes para conduzir o processo de transição ao comunismo. Porque se limitam às esferas da política e da vida social. Se essas inovações não forem, ao mesmo tempo, acompanhadas pela substituição crescente pelo trabalho associado do trabalho proletário (isto é, o trabalho explorado do modo de produção capitalista), o capital voltará a dominar a sociedade. A consolidação e o avanço político e social que a revolução traz não pode se consolidar e seguir para o comunismo se não houver a substituição do trabalho proletariado pelo trabalho associado num espaço de tempo não muito longo. Temos, com isso, a quinta característica importante do socialismo: o revolucionamento da produção pela entrada do trabalho associado.

O trabalho associado apenas pode existir em condições sociais muito específicas: a capacidade produtiva deve ser muito maior do que todas as necessidades de todos os indivíduos que compõem a humanidade. Marx e Engels calculavam que, em seus dias, se todos

os indivíduos capazes trabalhassem, seria necessária uma jornada de quarenta horas por semana para produzir tudo o que a humanidade necessitava. Hoje, precisaríamos trabalhar poucos minutos por dia.⁹

Esse é o significado da abundância: no modo de produção capitalista, para que os lucros sejam os mais elevados, aqueles que trabalham precisam cumprir jornadas de oito ou mais horas por dia, enquanto uma enorme parte dos trabalhadores é condenada ao desemprego; no socialismo, pelo contrário, precisaríamos trabalhar muito pouco para produzirmos o que necessitamos.

Na esfera da produção, a primeira tarefa do socialismo é trazer todos para o trabalho. Não apenas os desempregados, mas TODOS. Isso significa que passarão a trabalhar todos aqueles que exerciam atividades como a polícia, o exército (que deixariam de existir), o funcionalismo público, os empregados nos sistemas administrativos das empresas etc. A jornada de trabalho deve ser rapidamente reduzida de forma significativa, devendo reduzir-se cada vez mais conforme se avança para o comunismo.

Como todos estarão produzindo para o consumo de todos, como se trabalha muito menos e se consome muito mais que na velha ordem burguesa, o interesse comum passa a ser a mais eficiente colaboração de todos com todos. Quanto melhor a colaboração, todos trabalham menos e, ainda, podem consumir, assim o desejando, ainda mais. A colaboração (não mais a concorrência) passa a ser a necessidade cotidiana de todos. A organização da produção vai deixando de ser a organização e o controle das pessoas para se concentrar na administração das coisas e dos processos de produção: algo bem mais simples e que não requer os mecanismos de controle da produção capitalista.

Necessitando-se de um menor controle, precisa-se de menos pessoas a ele dedicadas: mais gente pode ser deslocada para a produção. Com isso a jornada de trabalho pode ser ainda menor. A economia passa a funcionar por outro critério: ao invés do lucro, o “tempo disponível” para todos viverem a vida que desejarem. Quanto menos tempo necessário de trabalho, maior o “tempo disponível”.

O trabalho no socialismo deixa de ser exercido pelo controle dos trabalhadores mediante a classe dominante e passa a ser a colaboração livre, voluntária e consciente de todos os seres humanos com a finalidade de produzirem o que necessitam. Isso é o trabalho associado.

⁹ Há cálculos que indicam que precisaríamos trabalhar cerca de seis minutos por dia para produzirmos tudo o que necessitamos.

A substituição do trabalho proletário pelo trabalho associado é o que caracteriza o socialismo do ponto de vista da produção. Como vimos, esta é sua quinta característica, ao lado da substituição do Estado pela Comuna ou *Soviet*, a substituição do exército e da política pela milícia dos trabalhadores em armas, a criação de um governo com representantes que podem ser removidos a qualquer momento pela base e que recebem o mesmo dos trabalhadores, e, por fim, a auto-organização e a autonomia dos trabalhadores em todas as esferas, mas principalmente na produção.

Tudo isso nos conduz à sexta característica do socialismo: a Internacional.

4. A Internacional

A humanidade hoje se organiza em países. Os países são, se bem analisados, nada mais do que um território dominado por um Estado; este é a expressão política do domínio de uma classe exploradora sobre os trabalhadores. O que hoje se chama de nação ou de país – e o patriotismo que faz parte de sua ideologia – nada mais é do que a expressão do domínio da burguesia sobre o proletariado num território determinado.

No mundo que conhecemos, a concorrência existente entre as classes dominantes se expressa na concorrência – que leva à guerra – entre os países. A cooperação de todos os trabalhadores, de todos os países, vai eliminar a concorrência e oposição entre as nações que hoje conhecemos. Apenas será possível reduzir a jornada de trabalho de forma significativa se a cooperação entre os trabalhadores dos hoje distintos países tornar-se cada vez mais forte e intensa. Uma cooperação internacional dará origem a uma organização mundial dos trabalhadores.

Daqui a sexta característica importante do socialismo: não haverá mais países e fronteiras como hoje conhecemos. Todos os humanos serão cada vez mais (lembramos: o socialismo é um processo de transição ao comunismo) trabalhadores e, cada vez mais, a cooperação internacional imporá uma organização internacional da produção. Esse governo internacional dos trabalhadores é o que o movimento revolucionário clássico (isto é, da época de Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo etc.) denominava de Internacional. A criação e o fortalecimento da Internacional, o governo mundial dos trabalhadores, é a sexta característica importante do socialismo.

5. Socialismo e Comunismo

Em face do capitalismo, o socialismo é quase um paraíso que parece impossível de ser atingido.

Trabalhar um ou dois dias por semana, ter acesso a todos os bens produzidos pela humanidade, participar das decisões e do poder todos os que trabalham – lembremos, o velho Estado está sendo substituído pela milícia dos trabalhadores em armas e pela auto-organização dos trabalhadores - é, para nossos dias, um paraíso quase inimaginável.

Todavia, ainda não é o comunismo. O socialismo, por ser uma fase de transição, ainda contém restos do velho passado. A classe dominante, enquanto existir, tentará sabotar a produção e inviabilizar o socialismo – e para impedi-la, a milícia dos trabalhadores em armas é imprescindível. Apenas pela força pode-se impedir a contrarrevolução, pois é sempre pela força que a contrarrevolução tenta impor a exploração dos trabalhadores.

Nesse período de transição, ainda haverá a luta de classes e, por isso, a milícia dos trabalhadores em armas é tão decisiva. Ainda que seja a repressão da minoria pela enorme maioria da população, ainda assim é uma situação histórica em que a força decide para onde vai a humanidade. É uma sociedade muito mais “democrática” que qualquer democracia burguesa, pois é a maioria que reprime a minoria, não o inverso. Mas ainda é a força (e a violência), como dizia Marx e Engels, a “parteira da história”.

Por isso, Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, entre muitos, denominaram de ditadura do proletariado o novo governo revolucionário. Ditadura porque – sem a hipocrisia da ideologia burguesa – assume abertamente a repressão sobre os contrarrevolucionários. E proletária porque irá desaparecer tão logo as classes sociais tenham desaparecido, com a transformação de todos em trabalhadores.

O máximo da justiça que teremos no período socialista será aquela de “igual remuneração para trabalho igual”. Quem trabalha tem acesso aos bens produzidos na proporção em que contribuir para a produção. Ante o mundo burguês, é um enorme avanço: mas ainda é essencialmente injusto. Os indivíduos humanos são diferentes entre si, suas necessidades pessoais e sua capacidade de produção individual não são as mesmas. Tratar os indivíduos como iguais (um enorme progresso em relação à “justiça” burguesa) é, no fundo, uma vasta injustiça. No comunismo, teremos um critério verdadeiramente justo: “a cada um, de acordo com sua necessidade; de cada um, de acordo com sua capacidade”.

Conclusão

O socialismo é a finalidade primeira de todo movimento revolucionário. Derrubar a ordem burguesa e implantar o socialismo significa abrir a transição para o modo de produção comunista. Mas é apenas a finalidade primeira; o real objetivo dos revolucionários é o comunismo. E há uma razão básica para ser assim: se o trabalho proletário, portanto explorado, não for superado completamente pelo trabalho associado, os problemas históricos que hoje a humanidade enfrenta não poderão ser solucionados e, ainda, as enormes possibilidades de desenvolvimento que temos hoje não poderão ser aproveitadas. Em poucas palavras: o poder do capital retorna e as misérias do trabalho proletário voltam a ordenar a vida social.

O comunismo é claramente definido: um modo de produção fundado no trabalho associado, sem exploração do homem pelo homem, sem propriedade privada, sem Estado e sem patriarcalismo (sem família monogâmica). O socialismo é a transição histórica do capitalismo ao comunismo. As principais tarefas dessa transição: substituir o trabalho proletário pelo trabalho associado, destruir o velho Estado e colocar em seu lugar o autogoverno dos trabalhadores, criar e fortalecer a Internacional.

Essa é a tarefa histórica imediata dos revolucionários em nossos dias.

Indicações para leitura

O texto mais interessante para se iniciar o estudo é de Lenin, *O Estado e a revolução*. De Marx, três textos são esclarecedores: *As lutas de classe na França*, em que analisa a Comuna de Paris, a *Crítica ao Programa de Gotha* e, com Engels, *O manifesto comunista*. De Engels, muito útil é *Do socialismo utópico e científico*, mas devemos desconsiderar seu entusiasmo pela estatização dos meios de produção, um entusiasmo que a história não confirmou. De Ivo Tonet, *Sobre o socialismo* (Instituto Lukács) é o melhor texto produzido entre nós.

XI. Por que as revoluções não deram certo?

1. A questão é maior do que sua aparência

As revoluções são um fenômeno histórico na história da humanidade. A primeira foi a Revolução Inglesa, entre 1642 e 1688. A segunda – e a primeira com impacto mundial – foi a Revolução Francesa (1789-1815). O século 19 conheceu vários períodos revolucionários; o mais intenso deles foi o de 1848-52, quando pela primeira vez o proletariado e a burguesia entraram em um aberto conflito. Depois, viria a Comuna de Paris (1871).

Contudo, o maior e mais intenso período revolucionário da história é aquele que se inicia com a Revolução Russa de 1905 e se estende até o final da Revolução Chinesa (1949). Essa é uma fase da história em que há revoluções em todos os continentes, exceto a Oceania. Movimentos revolucionários – e mesmo revoluções – tiveram lugar em países mais avançados, com um proletariado significativo (Revolução Alemã, Espanha, Greve de 1936 na França, resistência contra os nazistas no final da Segunda Guerra Mundial) e em países muito menos desenvolvidos no sentido capitalista (como a China, a Índia e o Paquistão, o México).

Táticas e estratégias revolucionárias as mais diversas foram surgindo e se desenvolvendo segundo as necessidades de cada situação (stalinismo, maoísmo, autonomismo, titoísmo, trotskismo, leninismo, anarquismo etc.). Também foi nesse período que conhecemos a primeira organização verdadeiramente mundial dos trabalhadores,

a III Internacional ou Internacional Comunista. Contava com partidos em praticamente todos os países do mundo e, em vários deles, tinha os mais importantes partidos de base operária (França e Alemanha, p. ex.).

Foi, ainda, esse período que assistiu ao amadurecimento ideológico e teórico da geração de revolucionários mais significativa da história, com Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotski, Bukharin, Preobrajensky, Radek, Riazanov, e, também, da geração seguinte, marcada principalmente por Gramsci e Lukács. De todas as revoluções, a mais importante foi a Revolução Russa de 1917. Não apenas por ter sido a primeira com um vasto impacto em todo o planeta, mas também porque, em poucas décadas, elevou a URSS à segunda potência mundial.

A questão, portanto, é de uma importância enorme: por que foram derrotadas (no sentido de não abrirem a transição ao comunismo, através do socialismo) todas as revoluções do maior período revolucionário que a humanidade jamais conheceu, com uma geração de teóricos e dirigentes que até hoje não foi superada por nenhuma outra? Por que nenhuma das revoluções que colocaram os revolucionários no poder pôde superar o capital?

2. O reinado da confusão

Os revolucionários que viveram esses anos foram surpreendidos por inesperadas evoluções dos processos revolucionários em andamento. A previsão de Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, etc. de que o poder revolucionário, na esfera da política, se caracterizaria pelo gradual, porém acelerado, desaparecimento do Estado, das classes sociais, da família monogâmica e dos países (tratamos disso em “O que é o socialismo?”), era sistematicamente negada. As revoluções davam, seguidamente, origem a Estados ainda mais poderosos do que o das velhas classes dominantes; seus exércitos eram ainda mais fortes e maiores; a distância entre os dirigentes e os trabalhadores não parava de aumentar; e a repressão política e a polícia política jogavam um papel cada vez mais importante na vida social.

Na esfera da produção, as coisas não caminhavam muito melhor: a propriedade individual foi substituída pela propriedade estatal, originando um gigantesco e poderoso aparato, unificado nacionalmente, com a força policial e política do Estado a lhe dar respaldo e controle sobre os trabalhadores. O trabalho proletário que – como vimos em “O que é socialismo?” – funda o modo de produção capitalista, não apenas não era naqueles processos superado pelo traba-

lho associado, como ainda se expandia e passava a imperar em toda a esfera produtiva. Uma férrea ditadura, tanto na esfera da política quanto na da produção, se contrapunha ao reino da liberdade e da pronta redução da jornada de trabalho conforme proposto por Marx e Engels.

Ao mesmo tempo, pelos mesmos processos, os países que fizeram suas revoluções conheceram um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, com uma não menos acelerada redução da miséria secular de seus povos. Poucas décadas depois das revoluções, as condições de vida e trabalho da vasta maioria dos soviéticos e chineses haviam melhorado de forma muito significativa. Educação pública e universal, assistência médica para todos, casa e trabalho para todos eram realizações efetivas. O apoio dos trabalhadores aos governos revolucionários – mesmo sendo ditatoriais e opressivos – era muito grande. Stálin era adorado pelos trabalhadores soviéticos, o mesmo ocorrendo com Mao Tsé-Tung na China. A consolidação do stalinismo, do maoísmo, do titoísmo etc. é um fenômeno ideológico que tem suas bases sociais na incrível melhoria das condições de vida e trabalho das massas de trabalhadores de seus respectivos países.

Essa foi a situação histórica que inaugurou uma enorme confusão entre os revolucionários.

Por um lado, convertendo necessidade em virtude, uma parcela dos revolucionários passou a defender que as teses de Marx e Engels eram utópicas (no sentido de não terem lugar na história) e que a vida estaria mostrando que o verdadeiro socialismo, o “socialismo real”, era o que estava sendo construído naqueles dias na URSS (ou, a depender a filiação político-partidária, na República Popular da China, ou no Vietnã, ou na Albânia, e assim por diante). Em todas essas variantes, aceitava-se que o socialismo seria um Estado ditatorial, com um gigantesco aparato de controle policial e político dos trabalhadores. Aceitava-se, ainda, que o socialismo não superaria o mercado e o trabalho proletário – pelo contrário, estes seriam essenciais “ao socialismo real”.

O campo do “socialismo real” não era, de modo algum, homogêneo: stalinistas criticavam os maoístas, estes criticavam os titoístas, todos combatiam os trotskistas, estes últimos criticavam todos os outros. Mas em todas as críticas aceitavam-se como socialistas o mercado, o Estado, o trabalho proletário, a repressão sobre os trabalhadores e proletários. O que estaria errado – nisso também todos coincidiam – seria, apenas e tão somente, a direção política. Se Trotski – e não Stálin – houvesse permanecido no poder na URSS,

o socialismo teria sido lá construído, argumentavam os trotskistas. Se os stalinistas e não os maoistas tivessem vencido a luta interna no PC Chinês, a revolução naquele país teria sido socialista – diziam os stalinistas sobre a China, enquanto o PC Chinês garantia que se os maoistas estivessem no poder na URSS, esta não teria degenerado num “Estado burocrático”.

A questão, no fundo, para todo esse campo, centrava-se na direção política. A depender da preferência política, a direção “correta” seria o stalinismo, o maoísmo, o trotskismo, o titoísmo e, logo depois, o castrismo, o guevarismo etc. etc. e, já mais bem para frente, nos anos de 1980, o eurocomunismo.

Além do campo do “socialismo real”, abriu-se outro campo mais amplo e ainda mais heterogêneo, que afirmava que a ordem surgida das revoluções seria, na verdade, a traição dos ideais revolucionários. Já nos anos de 1920 esse campo começou a se delinear com a Oposição Operária na Rússia e, depois, com as críticas à nascente ordem soviética pelos autonomistas e anarquistas. Com o passar do tempo, muitos intelectuais e organizações políticas foram se aproximando ou aderindo a essa concepção: as sociedades saídas dos processos revolucionários nem eram socialistas, nem estavam a caminho de se converterem em socialistas. Uma parte desse campo migrou para a direita: a democracia burguesa seria a melhor opção para a humanidade e, pela adoração à democracia, essa porção aderiu ao campo da contrarrevolução. A Escola de Frankfurt, com Adorno e Habermas, foi o exemplo mais típico dessa evolução, mas longe de ser o único. Outra parte permaneceu à esquerda: as concepções políticas autoritárias - que, argumenta-se, já estariam presentes em *O que fazer?* de Lenin, com a concepção do partido centralizado que traria “de fora” da classe a consciência revolucionária - seriam a causa principal da degenerescência do poder revolucionário em ditaduras contra os trabalhadores. Suas expressões mais importantes foram os luxemburgistas e os autonomistas. O problema decisivo teria sido, segundo eles, a liquidação da autonomia dos trabalhadores nos anos de 1919-1920 na antiga Rússia. Os principais responsáveis pelas derrotas seriam os bolcheviques, os leninistas de todos os tipos.

A confusão estava posta: a questão da direção política (e, portanto, da concepção político-ideológica dos dirigentes) decidiria se uma revolução superaria (ou não), pelo socialismo, a ordem burguesa. No fundo, a verdade dependia da escolha pessoal de cada revolucionário: se optasse pelo maoísmo, os traidores seriam os stalinistas, trotskistas, autonomistas etc. Se fosse um stalinista, os traidores seriam os trotskistas, os maoistas, os autonomistas etc. Se fosse um

anarquista, os culpados seriam os leninistas, stalinistas, trotskistas, e assim sucessivamente.

Quando a escolha pessoal passa a ter tal importância, a confusão está instalada. Esse é um claro sinal de que a teoria não está dando conta de acompanhar a história.

3. Mézáros e *Para além do capital*

Esse reino da confusão começaria a ser superado com a publicação, por Mézáros, na Inglaterra, em 1994, de sua obra-prima, *Para além do capital*. Este foi o primeiro – e até hoje único – estudo aprofundado sobre as condições de reprodução do capital no século vinte. Em se tratando do nosso tema, Mézáros assinala que as revoluções do século vinte ainda podiam desenvolver – e desenvolveram de forma muito rápida – as forças produtivas em escala nacional. A produção poderia ser enormemente ampliada, o desemprego podia ser eficientemente administrado, as condições de vida e trabalho da população poderiam ser muitíssimo melhoradas pela exploração dos trabalhadores por meio de um Estado que concentrasse a propriedade e que planejasse toda a produção.

A intensa e rígida repressão dos trabalhadores e proletários correspondia às condições de exploração dos trabalhadores que se fazias imprescindíveis. Muito rapidamente, nas “sociedades pós-revolucionárias”, tivemos o surgimento de uma nova modalidade da exploração dos trabalhadores pelo capital. Nova porque tem no Estado o proprietário dos meios de produção. Mas, ainda assim, mantém a exploração dos trabalhadores e proletários pelo assalariamento.

A exploração dos trabalhadores e proletários pelo assalariamento é, precisa e exatamente, o capital. O trabalho que produz o capital – como vimos em “O que são classes sociais?” – é o trabalho proletário.

Lembremos que o capital é a relação social pela qual se extrai o trabalho excedente pela redução da força de trabalho a uma mercadoria; o assalariamento é a sua expressão cotidiana. As revoluções da primeira metade do século vinte, afirma Mézáros, deram origem a países que se estruturam ao redor da exploração do homem pelo homem (com tudo que a acompanha: o Estado, a família monogâmica, as classes sociais e as desumanidades que têm sua origem no capital); foram revoluções nacionais que cumpriram o papel de desenvolver muito rapidamente as forças produtivas do capital em

países muito atrasados, como a Rússia e a China. Tais revoluções – nacionais e em países pouco desenvolvidos – não podiam iniciar a transição ao comunismo pela passagem do trabalho proletário ao trabalho associado.

Todavia, por que isso ocorreu? Por que nas “sociedades pós-revolucionárias” não se superou o capital? A possibilidade de uma explicação veio de uma profunda mudança no modo de produção capitalista: o início da crise estrutural do capital, na década de 1970.

4. A crise estrutural

Vimos, em “O que é o socialismo?”, como, com a Revolução Industrial (1776-1830) e a capacidade produtiva ultrapassando as necessidades humanas, gerou-se uma abundância que, para o capitalismo, não passa de superprodução. Isto é, a oferta de mercadorias é maior do que a procura; conseqüentemente, os preços tendem a cair conforme aumenta a produção, conduzindo às crises cíclicas. Na década de 1970, a abundância se tornou tão intensa (dado o desenvolvimento da produção) que nem sequer a crise foi capaz de superar a superprodução. Para sobreviverem, as empresas precisam demitir trabalhadores e aumentar a produção: essa é a dinâmica de uma crise infundável, pois, a cada aumento da produção com o aumento correspondente do desemprego, intensifica-se a contradição fundamental: uma crescente produção para um mercado que se reduz pelo aumento do desemprego. Em 1970 a abundância torna-se permanente e tem início a crise estrutural do sistema do capital em seu todo.

A crise estrutural bloqueia a via do desenvolvimento das forças produtivas nacionais pela propriedade estatal dos meios de produção, por um sistema político ditatorial e através da exploração dos proletários e trabalhadores. Isso porque o capital em crise estrutural necessita de toda mais-valia produzida no planeta e nada mais sobra para desenvolver – como fizeram a Rússia, a China etc. – as forças produtivas locais.

É essa necessidade absoluta do capital por todo átomo de mais-valia que consegue extrair dos trabalhadores e proletários um dos fatores decisivos para a atual “integração” da Rússia e da China, do Vietnã e de Cuba, ao mercado mundial. É essa mesma necessidade que inviabiliza que novas revoluções sigam a “via” chinesa, ou soviética, ou cubana etc.

O sistema do capital, nesse período de sua crise estrutural, converteu-se numa totalidade mundial de tal forma articulada que

as revoluções apenas podem sobreviver se confrontarem o capital como um todo. As revoluções que vierem a acontecer terão, muito rapidamente, de se desenvolver até o socialismo ou perecerão ante a contrarrevolução; já não existe mais o meio-termo de os revolucionários se manterem no poder pela via do desenvolvimento, sob o capital, das forças produtivas em escala nacional pela exploração do trabalho proletário.

Por que, então, todas as revoluções foram derrotadas? Porque ocorreram num período histórico, antes de 1970, em que ainda era possível o desenvolvimento das forças produtivas do capital em países isolados e economicamente atrasados. Por isso nem puderam se internacionalizar, nem puderam promover a transição ao comunismo. Isolados no poder, os revolucionários tiveram apenas a alternativa de desenvolver a força produtiva do capital: as “sociedades pós-revolucionárias” faziam parte do sistema mundial do capital. Não lhes restava alternativa: havia que substituir as velhas formas de trabalho da Rússia czarista, da China Imperial etc. pelo trabalho proletário. Houve uma vasta melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, mas isso estava longe de dar início ao socialismo.

Em nossos dias, não há razão para qualquer confusão. Descoberta a principal razão histórica de todas as revoluções do século vinte não terem conduzido ao socialismo e ao comunismo, torna-se possível uma avaliação científica, histórica, dos processos revolucionários que supere as opiniões e as preferências pessoais. Os acertos e os erros do passado, suas variadas expressões ideológicas, as não menos diferentes tentativas de explicação teórica etc. podem, agora, ser compreendidos a partir de sua base social. Tornou-se finalmente possível uma compreensão que forneça elementos para o desenvolvimento da teoria revolucionária. Essa é parte da enorme contribuição de Mézáros ao movimento revolucionário.

Por outro lado, as revoluções que vierem a ocorrer confrontarão o sistema do capital como uma unidade: ou destruirão o capital ou serão por ele derrotadas. Serão revoluções que, mesmo iniciando-se em países, se internacionalizarão rapidamente – ou perecerão não menos rapidamente. Contarão com uma possibilidade que não existia antes da crise estrutural: a possibilidade do desenvolvimento das forças produtiva em escala planetária, para além do trabalho explorado por meio do assalariamento (o trabalho proletário), para além do mercado.

Essa possibilidade, nova, que abre as portas para a transição ao comunismo pela mediação do socialismo, não existia antes da crise estrutural. Por isso, todas as revoluções do mais incrível

período revolucionário da história foram derrotadas - no sentido de não inaugurarem a transição para além do capital.

XII. A questão da violência: quem são os vândalos?

Tome uma sociedade em que duas em cada vinte pessoas ficam com mais riqueza do que as restantes 18. Faça com que, dessas 18 pessoas, pelo menos 12 ou 13 vivam em favelas ou bairros e moradias muito piores do que os canis dos cachorros das duas pessoas que ficam com toda a riqueza. Faça com que, dessas 18 pessoas, 16 tenham de enfrentar enormes filas de ônibus, metrô e/ou que gastem quase metade das horas que trabalham no trânsito. Enquanto os filhos daqueles dois cidadãos têm as melhores escolas, quase sempre no exterior, os filhos de quatro das 18 pessoas têm de pagar muito caro por uma educação privada e ruim; os filhos das 14 pessoas restantes são deixados para as escolas públicas, pouco mais do que depósito de crianças e adolescentes para que os pais e mães possam trabalhar. Quando chegarem à velhice ou ficarem doentes, faça com que 16 das 18 pessoas desejem um atendimento médico semelhante aos dos animais de estimação das pessoas mais ricas e transforme a doença em enorme fonte de lucro para as pessoas que já ficam com mais da metade da riqueza.

Organize a economia do país de tal modo que 60% da força de trabalho seja deslocada para o trabalho informal, isto é, faça com que a maior parte das pessoas em idade de trabalhar não saiba de onde virá o sustento do próximo mês, vivendo literalmente da mão para a boca graças a pequenos bicos, empregos temporários ou

pequenos furtos e malandragens. Organize a economia de tal modo que esta parcela da população tenha certeza de que as coisas ficarão piores no futuro do que já são hoje. Construa enormes *shoppings centers* que expõem todas as maravilhas que farão a falsa felicidade de não mais do que quatro ou cinco das vinte pessoas; construa lojas de carro, móveis e roupas de luxo que exibem o quanto os patrões desperdiçam da gigantesca fortuna que amealham todos os dias. Uma vez por ano, faça festas populares que em alguns poucos dias queimam centenas de milhões de reais (como o Carnaval carioca) apenas para enriquecer os donos do turismo; organize Olimpíadas, Copas e mais Copas de futebol, promova a sangria do dinheiro público, pela corrupção e não apenas pela corrupção, para engrossar a conta daqueles dois cidadãos que já ficam com mais da metade da riqueza.

Caso seja um país com enormes riquezas naturais, terras ainda não ocupadas, reservas minerais ainda a serem exploradas e muito desemprego no campo, nada de promover uma agricultura que forneça alimentos saudáveis e gere emprego. Pelo contrário, destrua tudo: a água, o solo, a floresta, os animais, os peixes; persiga os indígenas e camponeses que moram no interior do país; adote toda tecnologia que fará os ricos ainda mais ricos e os pobres ainda mais pobres. Chegue ao absurdo de deixar plantar apenas as sementes cujos frutos são estéreis, para obrigar a uma nova compra de sementes no plantio seguinte.

Construa muros entre os ricos e os pobres; coloque guardas armados nos muros contra os pobres e faça com que a polícia, dia sim e dia sim, massacre, amedronte, torture, brutalize, viole, escrache, achincalhe, chantageie e exiba indescritível arrogância contra os “de baixo”. Gaste tudo o que for preciso para comprar armas, instrumentos de tortura, bombas e mais bombas para os policiais “manterem o país sob o controle (deles)”; e force a todos, dia sim e dia sim, a assistir na televisão como só é pobre quem é vadio, preguiçoso ou bandido.

Depois de 24 ou 25 anos de ditadura militar, faça uma Constituinte que prometa corrigir todas as injustiças do país com uma coisa chamada democracia. Promulgue uma Constituição que é apresentada a todos como sendo a saída para as misérias e injustiças. Ao mesmo tempo, mantenha no “poder democrático” as mesmas forças que dominaram no “poder ditatorial”. Mantenha até mesmo as mesmas pessoas, como Sarney (o último presidente da Arena, o partido que apoiava os militares). À medida que as melhorias prometidas não aconteceram, para engambelar o povo, vá trocando os partidos na Presidência. Primeiro foi Sarney e depois o PMDB com o Itamar

Franco, depois o PSDB com o Fernando Henrique e, depois, o PT com Lula e Dilma. Cada partido é uma decepção maior que o outra.

Mas não há decepção maior do que a do PT. Porque esse enganou melhor o povo e despertou maiores esperanças de mudanças. Ao contrário de mudanças, tivemos mais corrupção (o escândalo do mensalão), mais favorecimento ao grande capital (privatizações, reformas da previdência, concentração da propriedade da terra, resgate bilionário dos bancos, obras faraônicas como o estádio de futebol em Brasília etc.) e mais desprezo pelas necessidades dos trabalhadores.

Junte a tudo isso um Congresso formado por quatro centenas de “picaretas” (Lula), que dia sim dia sim é acusado de bandalheiras de todas as ordens, falcaturas nunca imaginadas, favorecimento de parentes, roubos e corrupções como nunca tivemos em nossa história. E, ainda, um Judiciário lento, burocrático, que apenas funciona para defender os privilégios dos ricos e endinheirados.

Na democracia, a ética do Congresso, dos presidentes da República e do Judiciário é uma só: locupletarem-se “sem alma, sem dó e sem pejo”. Não possuem limites no seu cinismo e na arte de embuste. Enquanto dizem servir ao povo trabalhador, obedecem apenas a um senhor: aqueles dois cidadãos que ficam com mais da metade da riqueza.

Para aumentar os lucros dos capitalistas, faça com que quase metade dos trabalhadores do país viva em condições precárias, entre bairros insalubres e favelas. Quanto menos custar a moradia dos trabalhadores, menor o salário que o capitalista terá de pagar a eles. Que vivam na lama e na sujeira, pois.

Coloque, hoje, milhares de crianças nas ruas, amanhã adolescentes: sem alimentos, sem moradia, sem educação, sem assistência médica ou odontológica e, quase sempre, sem família. Alegue que não tem recurso para tirá-las do abandono, quando seria necessária apenas uma ínfima parcela do que roubam para atender as crianças em situação de rua. Os “ricos” fecham as janelas e travam as portas dos seus carros nas esquinas em que essas crianças passam os dias; para as crianças e adolescentes, esse ato significa que eles estão trancados “para fora” da civilização.

Faça tudo isso e não se surpreenda se um dia a polícia não tiver força para reprimir todos porque as manifestações tomaram as ruas e alguns desses mais explorados se rebelaram com uma *guerra aberta* à guerra que os dois cidadãos que ficam com a riqueza lhes move de *modo encoberto*. Que quebrem as propriedades que lhes são negadas, que saqueiem o que o mercado lhes sonega, que desrespeitem o

direito à propriedade dos mais ricos. Também não se surpreenda se esses dois cidadãos mais ricos, que nunca vacilaram em organizar a violência cotidiana para se garantir contra os outros, agora assustados e amedrontados, forem à televisão dizer que os protestos são justos, mas dentro da “ordem” deles, dentro dos limites da “paz” deles.

Ordem, para quem? Para os dois cidadãos continuarem com a maior parte da riqueza?

Paz? A polícia está a se desarmar? Os dois cidadãos estão desarmando suas seguranças privadas, abrindo mão de seus carros blindados, ou estão investindo ainda mais em armas e munições, contratando mais soldados e comprando mais bombas?

Por todos os lados, ordem é apenas outra palavra para a defesa dos privilégios da burguesia contra os trabalhadores; a paz apenas é lembrada quando a burguesia corre o risco de perder o confronto.

Quem é, então, o vândalo?